

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Carise Taciane Cecchetto

**O ESPAÇO URBANO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL:
REFLEXÕES SOBRE A PAISAGEM DA PRAÇA DA REPÚBLICA DE
IJUÍ/RS**

Santa Maria, RS
2017

Carise Taciane Cecchetto

**O ESPAÇO URBANO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: REFLEXÕES SOBRE A
PAISAGEM DA PRAÇA DA REPÚBLICA DE IJUÍ/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Santa Maria, RS
2017

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Carise Taciane Cecchetto.

A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Avenida Coronel Dico, 1513, Bairro: Jardim, Ijuí, RS. CEP: 98700-000

Fone (55) 98142-0162; E-mail: carisettecchetto@hotmail.com

Carise Taciane Cecchetto

**O ESPAÇO URBANO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: REFLEXÕES SOBRE A
PAISAGEM DA PRAÇA DA REPÚBLICA DE IJUÍ/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Patrimônio Cultural**.

Aprovada em 19 de dezembro de 2017:

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Denise de Souza Saad, Dra. (UFSM)

Clarissa de Oliveira Pereira, Dra. (UNIFRA)

Santa Maria, RS
2017

DEDICATÓRIA

*Dedico àqueles que sempre se empenharam por mim.
A minha família (mãe, pai e irmãs) por tudo que sou e jamais seria sem o aporte de vocês.
Afinal, são o motivo da minha existência e persistência.
Amo vocês mais do que tudo.*

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a minha mãe, ao meu pai, as minhas irmãs e ao meu namorado, pela paciência, amor, incentivo, amizade e, principalmente, pelo apoio incondicional nas horas mais difíceis. Peço desculpas pelos vários momentos que faltei, em virtude de tantas horas dedicadas aos estudos.

A minha irmã Carin e a meu cunhado Pedro pela presteza e auxílio na dissertação.

A Universidade de Santa Maria por proporcionar a tão sonhada oportunidade de cursar o mestrado e por todo crescimento pessoal advindo dessa experiência.

Ao meu orientador Caryl Eduardo Jovanovich Lopes pelo aceite do tema da pesquisa, revisões, conselhos e por toda dedicação empregada na trajetória dissertativa. Isto, com certeza, não seria possível sem o seu direcionamento.

As professoras Clarissa, Denise e Giane por terem participado das bancas examinadoras, assim como pelas contribuições e correções.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural pelos ensinamentos.

Ao mestre Tarcício Dorn de Oliveira pelas conversas, auxílios e encorajamentos na busca pelo mestrado.

A todas as demais pessoas que de alguma forma, direta ou indireta, contribuíram para essa conquista.

*A memória estabelece uma relação afetiva com o
passado, o conforma e o deforma.*

(Ana Lúcia Goelzer Meira)

*[...] a boa arquitetura de um determinado período
vai sempre bem com a de qualquer período
anterior; - e o que não combina com coisa nenhum
é a falta de arquitetura.*

(Lúcio Costa)

RESUMO

O ESPAÇO URBANO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: REFLEXÕES SOBRE A PAISAGEM DA PRAÇA DA REPÚBLICA DE IJUÍ/RS

AUTORA: Carise Taciane Cecchetto

ORIENTADOR: Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

A praça é entendida como um espaço amplo e delimitado por ruas, composto pelo agrupamento de elementos arquitetônicos e vegetais, voltado excepcionalmente ao desfrute público. Essa também se integra no conceito de paisagem sintética, ou seja, uma construção anteriormente natural com interferência e agenciamento humano, que pode apresentar caráter de patrimônio arquitetônico paisagístico por estar vinculada a fatores históricos, sociais ou artísticos de um pequeno grupo ou, ainda, de uma nação. Por conseguinte, a paisagem da Praça da República é elemento de exploração desses conceitos nessa pesquisa.

Dessa forma, o estudo explana sobre a Praça da República de Ijuí enquanto patrimônio arquitetônico paisagístico, devido a sua relevância como local de manifestações históricas e culturais, pela formulação da paisagem central edificada, pela atribuição ambiental e recreativa, bem como por ser núcleo de expansão do traçado viário urbano. Ainda, objetiva primordialmente, analisar as alterações físicas do bem e do seu entorno ao longo do tempo, a fim de verificar se a paisagem central possui vestígios de sua origem, datada do início da colonização.

A abordagem metodológica define-se como qualitativa, de caráter exploratório, sendo que especificamente para realização do capítulo de resultados e discussão, os procedimentos para investigação são histórico e comparativo.

Por fim, por meio da história retratada e do produto atrelado a ela, pretende-se estimular a educação patrimonial e engrandecer o vínculo sentimental da comunidade sobre esse patrimônio, fazendo-a reconhecer que este é de sua propriedade e que faz parte da sua memória, dependendo a existência de um legado, das atitudes protetivas de cada um e todos juntos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Paisagem. Praça. Arquitetura paisagística.

ABSTRACT

THE URBAN SPACE AS CULTURAL PATRIMONY: REFLECTIONS ABOUT IJUÍ'S PRAÇA DA REPÚBLICA LANDSCAPE

AUTHOR: Carise Taciane Cecchetto
ADVISOR: Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

The urban square is understood as a wide and limited by streets space composed by the grouping of architectonics and vegetation elements, turned exceptionally to the public enjoy. It also integrates in the concept of synthetic landscape, that is, a previously natural building with human interference and agency, which can show the character of landscaped architectonic patrimony for being attached to historical, social or artistic factors of a small group or, yet, of a nation. Therefore, the landscape of Praça da República is the element of exploration of these concepts in the actual research.

In this way, the study explains about Ijuí's Praça da República as landscaped architectonic patrimony for its relevancy as historical and cultural manifestation place, for the formulation of built central landscape, for the environment and recreational attribution, as well for being the center of expansion of the urban road trace. Still, objectives primarily, to analyze the physical changes of the asset and the surroundings along the time, to verify if the central landscape has vestiges of its origin, dated back to the beginning of the colonization.

The methodological approach is defined as qualitative, with exploratory character, specifically for the results and discussion chapter, the procedures for the investigation are historic and comparative.

Lastly, through the portrayed history and the product attached to it, pretends to stimulate the patrimonial education and exalt the sentimental bounding of the community to this patrimony, making it recognize that this is of its property and makes part of its memory, depending the existence of a legacy, of the protective attitudes of each one and everyone together.

Keywords: Cultural Patrimony. Landscape. Urban Square. Landscaped Architectonic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Jardim Japonês e Rio dos Macacos	24
Figura 2 – Chafariz da Praça Afonso Vizeu	25
Figura 3 - Praça da Matriz, Porto Alegre.....	25
Figura 4 – Mapa da urbanização do Rio Grande do Sul até 1850.....	28
Figura 5 – Mapa de delimitação municipal	30
Figura 6 – Mapa da Colônia Ijuhy e Terras do Jesús, situando a sede.....	32
Figura 7 – Mapa da Colônia Ijuhy com ênfase nas quadras da sede	32
Figura 8 – Mapa Urbano de Ijuí	34
Figura 9 – Mapa de situação da praça com demarcações de imóveis históricos.....	38
Figura 10 – A praça apenas demarcada, 1908	39
Figura 11 – A praça ainda sem projeto, 1912.....	39
Figura 12 – Canteiros concêntricos, 1913	41
Figura 13 – Canteiros circulares, 1913	41
Figura 14 – Estilo eclético clássico na praça, 1913	41
Figura 15 – Cercas e roletas na praça, 1916.....	42
Figura 16 – Delimitação dos passeios, 1922	42
Figura 17 – Vista Sul-Norte, déc. 1910.....	43
Figura 18 – Plátanos crescidos, 1926	43
Figura 19 – Alamedas de plátanos, déc. 1920	43
Figura 20 – Vista aérea dos plátanos, 1923	43
Figura 21 – Banco de madeira e ferro, déc. 1920.....	44
Figura 22 – Monumento central, 1922	44
Figura 23 – Edificações construídas ao longo da primeira proposta da praça, 1938	44
Figura 24 – Vista aérea orientação Sul, 2010.....	45
Figura 25 – Área central da praça, 2017.....	45
Figura 26 – Desfile dos 50 anos, 1940	46
Figura 27 – Desfile dos 80 anos, 1970	46
Figura 28 – Festa de 20 anos da rádio, 1970	47
Figura 29 – Show de 23 anos da rádio, 1973.....	47
Figura 30 – Foliões, déc. 1920	47
Figura 31 – Carnaval na praça, 2011.....	47
Figura 32 – Hastearno da bandeira, 1914	48
Figura 33 – 20 de Setembro, déc. 1940	48
Figura 34 – Exposição de obras raras, 1970.....	49
Figura 35 – Apresentação no anfiteatro, 2016.....	49
Figura 36 – Desfile da festa dos bixos, 1958.....	49
Figura 37 – Ranking dos calouros, 2012	49
Figura 38 – Passeata dos caminhoneiros, 2015	50
Figura 39 – Greve geral, 2017	50
Figura 40 – Cavalariados no discurso, 1934.....	50
Figura 41 – Discurso na Prefeitura, 1934.....	50
Figura 42 – Fluxograma dos materiais e métodos.....	53
Figura 43 – Mapa das atuais edificações e seus respectivos anos de construções	56
Figura 44 – Vista na orientação Sul-Noroeste, déc. 1940	58
Figura 45 – Edificações, déc. 1940.....	58
Figura 46 – Casa de Bombas, 1965	58
Figura 47 – Quiosque na área central, déc. 1940.....	59

Figura 48 – Quiosque, déc. 1950.....	59
Figura 49 – Localização da pracinha infantil, déc. 1960.....	59
Figura 50 – Sem os banheiros públicos, 1955.....	60
Figura 51 – Com os banheiros, 1965.....	60
Figura 52 – Bancos e luminárias, déc. 1940.....	60
Figura 53 – Luminárias tubulares, 1965.....	60
Figura 54 – Árvores sendo cortadas, 1938.....	61
Figura 55 – Árvores já cortadas, 1938.....	61
Figura 56 – Paisagismo aberto, déc. 1940.....	61
Figura 57 – Árvores crescidas, 1965.....	61
Figura 58 – Modificações na metade Norte, 1968 a 1971.....	63
Figura 59 – Alterações na metade Sul, 1978 ou 1979.....	63
Figura 60 – Escadas antes, 1972.....	63
Figura 61 – Escadas e rampas depois, 2017.....	63
Figura 62 – Pisos, 1972.....	64
Figura 63 – Pisos diferentes antes, 2007.....	64
Figura 64 – Piso intertravado depois, 2017.....	64
Figura 65 – Pisos do anfiteatro, 2017.....	64
Figura 66 – Demolições de prédios, 1978.....	65
Figura 67 – Pracinha a Nordeste, 2017.....	65
Figura 68 – Antigos banheiros, 1965.....	65
Figura 69 – Novos banheiros, 1974.....	65
Figura 70 – Palco elevado, 1989.....	66
Figura 71 – Palco baixo, 2017.....	66
Figura 72 – Prédio ao lado da pracinha, 1970.....	66
Figura 73 – Quiosque e restaurante, déc. 1980.....	66
Figura 74 – Pontos de táxis, 2017.....	67
Figura 75 – Associação dos Artesãos, 2017.....	67
Figura 76 – Academia ao ar livre, 2017.....	67
Figura 77 – Bancos antigos, 1972.....	68
Figura 78 – Bancos da área cívica, 1969.....	68
Figura 79 – Bancos do anfiteatro, 2017.....	68
Figura 80 – Bancos novos, 2017.....	68
Figura 81 – Luminárias novas e antigas, 1969.....	69
Figura 82 – Luminárias de sódio, 1974.....	69
Figura 83 – Luminárias circulares, 1978.....	69
Figura 84 – Luminárias novas, 2017.....	69
Figura 85 – Mesmo paisagismo na lado Sul, 1970.....	70
Figura 86 – Palmeiras na área cívica, 1972.....	70
Figura 87 – Paisagismo sendo alterado na área Sul, déc. 1970.....	70
Figura 88 – Paisagismo, 1972.....	71
Figura 89 – Paisagismo, 1969.....	71
Figura 90 – As modificações de 1913 a 1937.....	81
Figura 91 – As modificações de 1938 a 1966.....	81
Figura 92 – As modificações de 1967 a 2017.....	81
Figura 93 – Interface inicial do <i>site</i>	863
Figura 94 – <i>Cupcakes</i> com as saias propostas.....	84
Figura 95 – <i>Cupcakes</i> com as saias criadas.....	84
Figura 96 – Modelo de saias de <i>cupcakes</i>	85

Figura 97 – Modelo de guardanapo	86
Figura 98 – Modelo de sacola de papel	87
Figura 99 – Sacola confeccionada para a proposta.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Exemplo de quadro para itens analisados	54
Quadro 2- Banco.....	72
Quadro 3- Construção.....	73
Quadro 4- Disposição de caminhos	74
Quadro 5- Escada.....	75
Quadro 6- Iluminação.....	76
Quadro 7- Pavimentação	77
Quadro 8- Rampa.....	78
Quadro 9- Vegetação.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Associação Comercial e Industrial de Ijuí
DACOM	Diretório Acadêmico da Comunicação Social
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí
FIDENE	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
MADP	Museu Antropológico Diretor Pestana
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 TEMA	17
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA	17
1.3 PROBLEMAS DA PESQUISA	17
1.4 JUSTIFICATIVA	18
1.5 OBJETIVOS	19
1.5.1 Objetivo Geral.....	19
1.5.2 Objetivos Específicos	19
1.6 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA	19
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	20
2.1.1 A paisagem como patrimônio cultural.....	22
2.1.2 O jardim histórico ou patrimônio arquitetônico paisagístico	23
2.1.3 A retratação do patrimônio através das fotografias.....	26
2.2 A MALHA URBANA NO RIO GRANDE DO SUL	27
2.2.1 A cidade de Ijuí	29
2.2.1.1 O traçado viário e a Praça da República.....	31
2.3 AS PRAÇAS.....	34
2.3.1 A Praça da República	37
2.3.1.1 A relevância histórica e cultural	46
3 MATERIAIS E MÉTODOS	52
3.1 ETAPAS DE TRABALHO	52
3.2 PESQUISA FOTOGRÁFICA COMPARATIVA DA PRAÇA E SUA ADJACÊNCIA ..	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1 A PAISAGEM EDIFICADA DO ENTORNO	55
4.2 AS REFORMAS DA PRAÇA DA REPÚBLICA	57
4.2.1 Reforma de 1938	57
4.2.2 Reforma de 1967	62
4.2.3 Comparações evolutivas da Praça da República	71
5 PRODUTO	82
6 CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE A – SITE COMO PRODUTO.....	101
ANEXO A – PLANTA DA PRAÇA PELA PREFEITURA	102

1 INTRODUÇÃO

A ideia de patrimônio deriva do que elencamos ou o poder público atribui, dentre tantos elementos e objetos do passado, para ser preservado e perpassado, isto é, mantido na herança das gerações como monumentos. O patrimônio cultural é representante da identidade, seja de um grupo ou de uma nação como um todo, porém, nem tudo que possui vínculo de memória é de fato um patrimônio, havendo, na verdade, uma segregação ou eleição dos bens, normalmente por interesse político ou econômico.

O patrimônio cultural é uma construção social, que tem como premissa a preservação memorial da essência da comunidade. A paisagem, como reflexo da produção humana no espaço tem um caráter inato de patrimônio. Ela deve estar inserida nos programas de educação patrimonial, ação que tem por um de seus objetivos, valorizar o patrimônio cultural. Através da preservação e da valorização, há um desenvolvimento social, possibilitado pelo olhar crítico e holístico sobre o processo histórico desta comunidade (CÉSAR *et al*, 2011, p. 468).

O patrimônio cultural paisagístico também é composto pela chamada paisagem urbana ou paisagem cultural, sendo esta resultante da ação humanizada no espaço anteriormente natural. Magalhães (2015) explicita que a paisagem cultural resulta de duas interligações: da cultura como agente modificador, uma vez que o surgimento ou a predominância de uma nova geração ocasiona a mutabilidade da paisagem; e da área natural como meio que sofre as modificações causadas pela cultura predominante.

A paisagem cultural é uma obra de arte em plena metamorfose, ou seja, obra viva da interação humana com os processos naturais, sendo composta por edificações, ruas, vegetações, veículos, pessoas e animais em constante transição temporal. Isto posto, ela está atrelada a percepção do observador, logo, depende da sensibilidade desse olhar e do agente histórico ou artístico para a atribuição de bem cultural.

O termo paisagem abarca, entre outros temas, a paisagem cultural, a paisagem urbana, o paisagismo e, portanto, subentende-se que as praças também estão nessa classificação, enquanto a ambiência é composta pelo bem e sua paisagem do entorno, ou seja, ambientação paisagística (IPHAN, 2008). Assim, tanto o que está inserido no sentido de paisagem, quanto de ambiência, conformam o patrimônio paisagístico, ainda pouco percebido como passível de preservação no contexto brasileiro.

Portanto, o conceito de patrimônio paisagístico envolve os assuntos trabalhados na presente dissertação, constituída pela paisagem da Praça da República que também é configurada pelas edificações que a envolvem, sendo que eles estão intrinsecamente atrelados

ao conceito de ambientação paisagística e, por isso, a existência de um estudo breve do entorno edificado. Por fim, tanto a praça quanto os imóveis estão atualmente sem qualquer tipo de proteção na cidade de Ijuí, situada no Noroeste do Rio Grande do Sul.

Segundo Macedo (1999), a praça é entendida como um espaço amplamente livre de construções e delimitada por ruas e sua origem, no Brasil, está referenciada ao século XX, quando a urbanização tomou maior expressão e as pessoas buscaram nas praças as relações interpessoais, o contato com a natureza, bem como a realização de atos políticos e reivindicações sociais significantes que, ao longo dos anos, transformaram-se em fatos históricos. Ainda, nos primórdios das colonizações das cidades, na maior parte dos casos, o comércio, as residências e as igrejas foram construídas nas adjacências das praças e as malhas urbanas se alastraram a partir delas. Em Ijuí, utilizou-se um padrão de expansão viário similar a esse, uma vez que os mais expressivos imóveis foram locados de frente para a praça central: a antiga Comissão de Terras, as igrejas Católica e Evangélica, o Clube Ijuí, o Hotel do Comércio, o Cine Serrano e a primeira escola pública – atualmente inexistentes – e, posteriormente, a Prefeitura Municipal.

Entretanto, no século XXI, as praças são ressignificadas, visto que com a verticalização urbana, mais do que nunca, elas dispõem da principal fonte de vegetação, de equilíbrio ambiental e climático, de lazer e esporte, de paisagens reconfortantes, além de propiciarem o convívio social. Logo, as praças são indispensáveis para a vida na cidade, todavia, dificilmente salvaguardadas como patrimônios paisagísticos.

Ainda, na maioria dos casos, as cidades interioranas com sua pouca visibilidade não detêm tombamentos municipais, nacionais ou estaduais sobre seu patrimônio edificado e, muito menos, o paisagístico, restando para a população local a iniciativa de defender e requerer aos órgãos públicos o devido amparo legal.

No caso de Ijuí, as ações de defesa dos bens culturais praticamente inexitem pela sociedade e pelo poder público, havendo somente um imóvel tombado municipalmente – Edifício Tiro de Guerra 337 – e, enquanto mais nada é definido de relevância patrimonial urbana, as leis constantes no plano diretor não se aplicam. À vista disso, os imóveis do início da colonização da cidade estão continuamente desaparecendo e o patrimônio paisagístico central sendo drasticamente alterado.

Entende-se que o patrimônio de uma cidade é parte do que constitui o início de sua história, contudo, mais relevante que o tempo de sua existência, são os laços psicológicos e o contato físico da população perante ele, tornando-o vivo. Dessa forma, um bem só é preservado quando o setor público e, sobretudo, a sociedade local toma conhecimento da

importância dele na constituição da cidade, associando-o a sua bagagem de memórias pessoais e afetivas.

Por conseguinte, a dissertação contribui para o conhecimento das modificações formais da Praça da República de Ijuí ao longo do tempo, visando a sua preservação enquanto espaço verde urbano e a estagnação de novas reformas desfiguradoras, não somente nela, mas também na paisagem edificada adjacente. Ainda, discorre sobre a praça central quanto a sua relevância para a história, cultura, expansão urbana e paisagem no cenário dessa cidade. Inclui uma abordagem ampla das alterações físicas da praça desde o início da colonização, além de uma explanação sucinta da alteração do cenário edificado no seu entorno. Isso, a fim de estimular ou engrandecer o vínculo sentimental da comunidade com esse patrimônio, fazendo-a reconhecer que este é de sua propriedade e que faz parte da sua memória, dependendo a existência de um legado, das atitudes protetivas de todos.

1.1 TEMA

As alterações físicas da paisagem da Praça da República de Ijuí/RS.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A presente pesquisa possui como tema a paisagem da Praça da República na cidade de Ijuí. Investigando-a como patrimônio histórico e cultural, assim como as suas transformações formais no tempo, visando a promulgação de novas percepções e a rememoração de aspectos importantes na conformação da paisagem central.

1.3 PROBLEMAS DA PESQUISA

A paisagem cultural é novidade no cenário do preservacionismo brasileiro, mesmo existindo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico desde a década de 1930, pouco foi aplicado referente a paisagem cultural até a década de 1970 e, ainda, quase nada é feito em prol do patrimônio paisagístico (MAGALHÃES, 2015). Por conseguinte, estando a paisagem da praça central de Ijuí incluída nesta mazela, torna-se essencial a proteção dela e de seu entorno para que novas reformas desfiguradoras sejam evitadas, se não através de leis, pela conscientização e ação da população pela preservação.

Dessa forma, o estudo sobre a Praça da República de Ijuí não é para assegurar que ela nunca será destruída, uma vez que com a evidente falta de áreas verdes isso possivelmente não ocorrerá, mas para que por meio de comparações das alterações na paisagem central a população reconheça e respeite a relevância cultural dela na história do município, impedindo novas transformações infundadas.

Por fim, cabem as indagações: a Praça da República de Ijuí ainda apresenta características de sua arquitetura paisagística original? A paisagem central, também conformada pelas edificações nas imediações da praça, sofreu significativas alterações desde o início da colonização da cidade até os dias de hoje?

1.4 JUSTIFICATIVA

O patrimônio caracteriza-se como uma herança entre as gerações e expressa sua identidade, seja ele de ordem material ou imaterial. Contudo, a maior parte da sociedade desvaloriza ou, ainda, deixa de reconhecer a sua devida significância, impedindo o processo de preservação. Além disso, nota-se que em Ijuí e também em outros municípios de pequeno e médio porte, as explanações preservacionistas são pouco expressivas e o poder público municipal, na maioria das vezes, não desenvolve ações de salvaguarda dos bens patrimoniais, pois nem mesmo os habitantes têm conhecimento do legado da cidade.

Poucos são os estudos acadêmicos das praças no Rio Grande do Sul e se restringem ainda mais em cidades de porte reduzido. Por conseguinte, os escassos trabalhos realizados e o precário conhecimento da população sobre a principal praça de Ijuí, com mais de um século de existência, justificam a formulação desta pesquisa, sendo que pretende ampliar a percepção sobre sua importância na paisagem, no desenvolvimento urbano e na cultura da cidade.

Os ijuenses convivem diariamente com a praça, seja como espaço de transição ou com o intuito de buscar lazer, contemplação e esporte. Entretanto, nem todos respeitam e primam pela integridade do local. Ainda, poucos conhecem as modificações físicas que ocorreram nela, advindas das trocas de administração. Com isso, percebe-se a necessidade de desenvolver como produto do estudo, um material para utilização comercial e educacional, a fim de divulgar e conscientizar a população, quanto a relevância da paisagem patrimonial paisagista da praça central.

No município as legislações que protegem seu patrimônio são praticamente inexistentes. Dessa forma, ao proporcionar maior instrução à sociedade e ao poder público sobre a paisagem da Praça da República, pretende-se fomentar a educação patrimonial e

estimular a preservação da história contada por meio dela, pois a modernização da urbe não deve menosprezar os vestígios de sua formulação inicial.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo Geral

Contribuir para a preservação do patrimônio arquitetônico paisagístico de Ijuí através do reconhecimento do valor histórico, cultural e geográfico da Praça da República.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Estudar a importância patrimonial da Praça da República.
- Identificar e analisar os períodos de criação e reformas ou requalificações da praça central, assim como as descaracterizações geradas.
- Verificar concisamente as alterações da paisagem edificada nas adjacências imediatas ao bem.
- Propor como produto da pesquisa, material para divulgar e conscientizar a população referente a importância da praça como patrimônio paisagístico urbano.

1.6 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho se estrutura em seis capítulos a fim de atingir os objetivos propostos. No primeiro capítulo se retrata a introdução do tema, bem como as problematizações, justificativas e objetivos pretendidos.

No segundo capítulo se aborda o embasamento bibliográfico para melhor estudo, compreensão, discernimento e comprovação dos fatos. Enquanto no terceiro capítulo, discrimina-se a metodologia de pesquisa elencada.

Consecutivamente, resultados e discussão constitui o quarto capítulo, isto é, os primordiais objetivos do trabalho e suas análises.

No quinto capítulo fica exposto o produto desenvolvido e, no sexto capítulo, explicita-se as conclusões.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esse capítulo aborda históricos, definições e significados pertinentes ao tema de dissertação, para denotar aporte ao restante do estudo.

Ainda, estrutura-se de forma que no subcapítulo denominado ‘O Patrimônio Cultural’, são atreladas todas as seções referentes ao assunto do patrimônio em contexto global e nacional, ou seja: ‘A Paisagem como Patrimônio Cultural’, ‘O Jardim Histórico ou Patrimônio Arquitetônico Paisagístico’, bem como ‘A Retratação do Patrimônio através das Fotografias’. No segundo subcapítulo, nomeado de ‘A Malha Urbana no Rio Grande do Sul’, são explicitados os assuntos relacionados a urbanização em âmbito estadual e local, sendo as seções: ‘A Cidade de Ijuí’ e, também, ‘O Traçado Viário e a Praça da República’ – associado a cidade de Ijuí –. No terceiro e último subcapítulo intitulado ‘As Praças’, encontram-se os temas pertinentes as praças como assunto geral, retratando desde a caracterização até o surgimento delas, além de apresentar especificamente a praça central de Ijuí, ficando os assuntos expostos por meio das seções: ‘A Praça da República’, assim como ‘A Relevância histórica e Cultural’ – vinculado a praça central da cidade –.

2.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), determina que o patrimônio cultural é constituído de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Segundo consta na mesma Constituição, incluem-se nessa acepção: as expressões; as maneiras de viver, criar e fazer; as produções da ciência, arte e tecnologia; as diversas manifestações culturais e artísticas, evidenciadas por meio de artefatos, obras, documentos, edificações e espaços; e, por fim, os agrupamentos urbanos e sítios com relevância histórica, paisagística, artística, arqueológica, paleontológica, ecológica e científica.

O Decreto nº 31.049, de 12 de janeiro de 1983, em seu artigo 3 e incisos IX e X, define que o órgão estadual responsável, ou seja, o IPHAE, considera entre os demais bens de relevância cultural (RIO GRANDE DO SUL, 1983):

IX - as construções urbanas, suburbanas e rurais, de expressivo significado histórico, arquitetônico ou técnico;

X - os monumentos naturais, os sítios e as paisagens de feição notável, e que, por suas características, devam merecer resguardo por motivos preservacionistas, educacionais, científicos ou de lazer públicos.

Ainda, tem-se na paisagem e na arquitetura paisagística as interações do homem com o ambiente natural, pois no decorrer dessas manifestações de expressão, os lugares são transformados historicamente, constituindo natureza patrimonial às memórias e identidades sociais. Pimenta e Figueiredo (2014, p. 11) evidenciam que a partir da paisagem “estão presentes, seletivamente, resquícios e lembranças, herdados nos diferentes movimentos da sociedade”.

Portanto, a ideia de patrimônio deriva do que elencamos ou o poder público atribui, dentre tantos elementos do passado para serem preservados e perpassados, isto é, mantidos como monumentos. Dessa forma, há uma triagem de alguns bens para que simbolizem a identidade do grupo, normalmente com motivações políticas e econômicas. Tendo a título de exemplo a segregação realizada pelos modernistas do SPHAN no início do preservacionismo patrimonial brasileiro, na década de 1930. Visto que diversas vezes, o caráter de patrimônio é justamente construído histórica e culturalmente por grupos políticos, a fim de convencer e criar uma imagem representante da população, hoje, sendo comumente empregado para fins turísticos.

No Brasil, o resguardo dos bens patrimoniais é regido por diversas leis, sejam as cartas patrimoniais internacionais ou as legislações de âmbito nacional, estadual ou municipal, porém, somente os tombamentos específicos em cada caso conseguem abrandar as descaracterizações. Entretanto, cabe ressaltar que nem mesmo os tombamentos são de fato totalmente eficientes em seu papel de salvaguarda, devido as escassas fiscalizações dos órgãos competentes e as poucas verbas privadas e públicas para os restauros, os bens acabam sumindo ou ruindo com as adversidades ocasionadas pelo tempo e pelo homem.

Em cidades interioranas com resguardo legal praticamente nulo e inexpressiva participação popular, os monumentos são abandonados ao acaso, dependendo de movimentos sociais para a sua proteção, sendo este também o caso de Ijuí.

Isto posto, a paisagem da praça central de Ijuí pode ser inserida e caracterizada como patrimônio cultural perante a legislação vigente no país, por sua relevância histórica e geográfica no desenvolvimento municipal. Mais ainda, independentemente de motivações políticas ou econômicas, precisa ser de fato identificada pelo poder público e pelos ijuienses como um patrimônio para, como tal, ser estudada e salvaguardada.

2.1.1 A paisagem como patrimônio cultural

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2008, p. 32), entende-se como paisagem: “Agenciamento paisagístico, Ambientação paisagística, Gruta, Lagoa, Lapa, Morro, Parque, Praia, Serra, Paisagem cultural, Paisagem natural, Paisagem urbana, Paisagem física, Paisagismo, Paisagístico, Zona de preservação paisagística, Beira-rio, Beira-mar”.

Por conseguinte, a paisagem pode ser natural ou sintética, sendo que a primeira é livre de interferências humanas e a segunda é criada ou agenciada em prol das ambições e padrões humanos. A partir da definição de paisagem sintética, desencadeia-se a compreensão de paisagem cultural, uma vez que esta, além de ser advinda das transformações humanas, também apresenta diferencial histórico ou artístico para um determinado povo ou nação. Ribeiro (2007, p. 9) complementa:

Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.

Ao longo do século XX, diante da interpretação das ações do homem nas áreas anteriormente naturais, principalmente advindas dos processos de urbanização e industrialização, o conceito de paisagem obteve uma aceção mais ampla (MAGALHÃES, 2015). A autora corrobora que a partir de então, foram atribuídas as áreas verdes construídas, tais como praças, parques, jardins públicos, avenidas ajardinadas e florestas urbanas, a denominação de paisagens culturais.

Quanto a constituição da paisagem: “o jardim histórico não pode ser separado de seu meio ou ambiente urbano ou rural, artificial ou natural” (FLORENÇA, 1981, p. 2). Ainda, o bem e os imóveis circundantes a ele, conformam juntos a ambientação paisagística (IPHAN, 2008). Logo, entende-se que as praças, incluídas no conceito de paisagem cultural, nunca estão isoladas do seu entorno edificado e, para melhor compreender uma praça patrimonial, essencialmente deve existir o estudo da ambiência – contexto – em que se insere.

2.1.2 O jardim histórico ou patrimônio arquitetônico paisagístico

O paisagismo possui significação bastante ampla no Brasil, segundo Macedo (1999), pois caracteriza desde o simples plantio de um jardim até a realização de projetos amplos de arquitetura paisagísticas. Dessa forma, a arquitetura paisagística é normalmente associada a projetos de ordem vegetal e arquitetônica de grandes dimensões, como no caso de praças e parques. Magalhães (2015) salienta que diferentemente de Portugal, no Brasil, não há formação específica para arquiteto paisagista, sendo os arquitetos e urbanistas ou engenheiros florestais os responsáveis técnicos por projetos dessa ordem, normalmente com especialização na área de paisagismo.

A mesma autora expõe que os jardins no Ocidente estão completamente interligados com a percepção da paisagem, pois são fragmentos desse contexto de formação da imagem. Magalhães (2015) relata ainda, que o jardim histórico é uma vertente da paisagem cultural e que nasceu para caracterizar as arquiteturas paisagísticas com atribuições artísticas, históricas e culturais. Por conseguinte, assim como os demais patrimônios culturais, os jardins históricos ou arquiteturas paisagísticas também constituem a memória de um povo, em determinado tempo e espaço.

O primeiro documento internacional a fazer menção a proteção das vegetações e ornamentações paisagistas foi a Carta de Atenas de 1933 e, desde então, uma série de normativas trataram de minuciar a proteção dos sítios e jardins históricos, contudo, a mais completa e específica para restauro e conservação, ainda é a Carta de Florença de 1981 (MAGALHÃES, 2015).

A Carta de Florença (FLORENÇA, 1981) define que o jardim histórico se origina da correlação da arquitetura com a flora e, diante disso, apresenta significância para o contexto social por sua história ou arte. Em 2010, foi criada a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, fundamentada na Carta de Florença, logo, é uma das mais expressivas e recentes diretrizes brasileiras para a área patrimonial paisagística, instituindo entre outros termos como “[...] Jardins Históricos [são] os sítios e paisagens agenciadas pelo homem como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, lagos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins provados e jardins de tradição familiar” (JUIZ DE FORA, 2010, p. 13).

Assim, o patrimônio paisagístico está inserido na classificação de patrimônio natural, no qual estão agrupados os bens ambientais, florestais, ecológicos e, indubitavelmente, paisagísticos (IPHAN, 2008).

As poucas diretrizes para a preservação dos patrimônios paisagísticos brasileiros ainda são um grande percalço encontrado por profissionais da área de atuação, estando um dos trabalhos pioneiros relacionado ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Assim, Magalhães (2015) menciona que esse bem foi tombado pelo SPHAN/Pró-Memória¹ em 1938 e, na década de 1980, um grupo de especialistas em paisagismo foi contratado para desenvolver o chamado Plano Geral de Orientação para a área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, visando seu restauro. Portanto, a autora informa que esse plano desencadeou critérios de gestão, manutenção e conservação para serem seguidos com os demais bens paisagísticos, justamente pela falta de instruções aplicáveis no país até aquele momento.

Enquanto na Europa a arquitetura paisagística é resguardada por leis a décadas, no Brasil, a situação difere largamente. Mesmo constando a ideia de paisagem desde a década de 1930 no SPHAN, apenas três bens relativos ao paisagismo foram inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico até a década de 1970, dentre eles, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – Figura 1 – (MAGALHÃES, 2015). A mesma autora informa que estavam incluídos até o ano de 2012, somente quarenta bens na categoria de praças, largos e campos ajardinados ou arborizados; além de apenas quarenta e oito na classificação de mobiliários e elementos artísticos de antigos jardins e praças tombados individualmente.

Figura 1 – Jardim Japonês e Rio dos Macacos



Fonte: Fotomontagem de Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2017).

No processo de salvaguarda nem sempre uma praça fica totalmente tombada, isto é, ocorre de alguns ou apenas um elemento contido na praça ser preservado por sua significância

¹ Nesse período que teve início na década de 1980, o SPHAN juntamente com a Fundação Nacional Pró-Memória, começaram as ações de valorização do patrimônio paisagístico e natural. As instituições contavam com profissionais, em sua maioria arquitetos, vinculados aos tombamentos, pesquisas e restauros relacionados ao patrimônio brasileiro (MAGALHÃES, 2015).

específica. Magalhães (2015) relata o caso do Chafariz de pedra e bronze projetado em 1846, pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, construído na antiga Praça Onze de Junho e posteriormente transferido para a Praça Afonso Vizeu, no Rio de Janeiro, tombado pelo IPHAN² em 1938 – Figura 2 –.

Alguns exemplos de praças tombadas integralmente, são: Praça Severino Vieira, Salvador/BA, 1959; Praça da Liberdade, Belo Horizonte/MG, 1977; Praça da Matriz, Porto Alegre/RS, 1987 – Figura 3 –; Praça Dom Pedro II e Praça dos Expedicionários, Petrópolis/RJ, 1998; Praça da Alfândega, Porto Alegre/RS, 2003; e Praça Dom Pedro II, Manaus/AM, 2010.

Figura 2 – Chafariz da Praça Afonso Vizeu Figura 3 - Praça da Matriz, Porto Alegre



Fonte: (AS HISTÓRIAS DOS MONUMENTOS DO RIO, 2010).



Fonte: (PORTOALEGRE.TRAVEL, 2013).

Por fim, os poucos resguardos legais de bens paisagísticos, segundo Magalhães (2015), podem ser problematizados quando analisada uma reunião realizada no Conselho do IPHAN, no ano 2000, na qual os membros pareciam não saber os atributos e meios legais existentes no Instituto para que promovessem a preservação do patrimônio paisagístico. Ainda assim, a autora enfatiza o progresso nas explanações a partir desse ano, que se toraram mais amplas e começaram a introduzir, de fato, os jardins históricos nos estudos de salvaguardas.

² Outros exemplos destacados por Magalhães (2015) como bens individualmente tombamentos em praças, sua localização e seus respectivos anos de reconhecimento, são: Chafariz da Praça Dr. Aristides Milton, Cachoeira/BA, 1939; Chafariz da Praça de Marília, Ouro Preto/MG, 1950; Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Dom Joaquim, Conceição do Mato Dentro/MG, 1960; Bens que integram a Praça das República, Rio de Janeiro/RJ, 1978; e Coreto da Praça Barão do Rio Branco, Campos dos Goytacazes/RJ, 1985.

2.1.3 A retratação do patrimônio através das fotografias

Zerbini e Reis (2002) destacam que a imagem se forma por meio da percepção e cognição do ambiente, dado com a relação entre os elementos simbólicos do espaço urbano e as vivências do observador. À vista disso, a paisagem criada não é apenas o que os olhos captam e o cérebro traduz, mas sim, uma conformação de experiências e lembranças do espectador.

Dessa forma, quando nos deparamos com uma paisagem urbana nova, em primeiro momento buscamos referências do que já conhecemos, isto é, comparamos com imagens do nosso convívio diário – referências primárias –. Todavia, quando um cenário conhecido é alterado, como no caso de demolições de edifícios históricos ou de uma paisagem cultural, perdemos parte do que constitui nossa identidade, pois se não forem continuamente rememoradas, por exemplo através de fotos, as memórias se desintegram gradativamente.

A fotografia passou a ser aplicada no Ocidente como fonte documental a partir do século XX, corroboram Pimenta e Figueiredo (2014), entretanto, seu emprego atingiu maior amplitude e credibilidade para pesquisa na França, por volta da década de 1970. Desse modo, recentemente, a foto é elemento crucial na busca por comparações e respostas verossímeis sobre as obras, sejam de ordem escultural ou arquitetônica, pois antes dela, embasavam-se apenas em referenciais bibliográficos ou mesmo em histórias orais de alguns indivíduos que continham memórias (COLI, 2012). Portanto, a imagem estática passa a revolucionar e a precisar melhor os acontecimentos.

Ainda, com a inaceitável reprodução de patrimônios, as fotografias expressam fatos e verdades inertes, garantindo parâmetros para análise e conhecimento do observador, estando ele em qualquer parte do mundo. Por isso, pode-se afirmar que a fotografia é um signo do monumento, pois reproduz a imagem como uma réplica, mas não possui o valor sacralizado do artefato original.

Coli (2012, p. 72) ainda expõe: “[...] a reprodução fotográfica de uma obra não é a obra, mas uma espécie de sucedâneo, de *ersatz*, mero *aide-mémoire* [...]”. Claro que a fotografia não é e nunca será a obra original, mas fornece meio acessível de estudo, uma vez que seria impossível comparar as alterações em uma obra arquitetônica ao longo dos anos, se não houvessem reproduções fotográficas. Como é o caso da paisagem da praça central de Ijuí, onde poucos vestígios originais permanecem para averiguações.

A foto também está ligada ao abandono da civilização moderna ao monumento, “[...] a fotografia é uma de suas formas adaptada ao individualismo de nossa época: o monumento da

sociedade privada, que permite a cada um conseguir, em particular, a volta dos mortos, privados ou públicos, que fundam sua identidade” (CHOAY, 2001, p. 22). Desse modo, a imagem é por si só, uma fonte democrática da memória e do conhecimento, visto que quem nunca esteve fisicamente em um determinado local e tempo, pode se aprofundar sobre uma obra arquitetônica e sua evolução temporal na cidade, por meio da *internet*, por exemplo.

Leite (2001) discorre que existem duas vertentes historiográficas baseadas no emprego das imagens: uma evidencia a foto como objetiva, ou seja, revelando apenas uma interpretação, mas também dependendo do complemento das bibliografias; e a outra expõe que cada leitor da cena guarda percepções e compreensões diferentes sobre ela. Entretanto, Pimenta e Figueiredo (2014) complementam que cabe ao pesquisador utilizar as fontes fotográficas como embasamento parcial, visto que são apenas recortes de contextos captados e necessitam de material teórico mais amplo para real compreensão.

Os autores supracitados esclarecem que as imagens fotografadas são recursos de memória e produtos de estudo, por isso a indispensável relevância delas na pesquisa do patrimônio, seja ele existente ou já extinto. No caso da paisagem originada na Praça da República, as fotos são aporte para não apenas escrever, mas provar e registrar as transformações na área central da cidade, retratando novas perspectivas urbanas e sociais.

2.2 A MALHA URBANA NO RIO GRANDE DO SUL

Souza (2000) expõe que com as póstumas e contínuas lutas entre espanhóis e portugueses pelos limites das colônias no Rio Grande do Sul, surge a necessidade de assegurar território através do povoamento das regiões, principalmente ao Sul. Assim, nesta região do estado foram realizadas concessões de sesmarias, em maior parte à militares, enquanto que o Norte foi povoada a partir do século XIX, alastrando-se de Santa Maria para a região Norte, criando-se os municípios de Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Cruz Alta – cidade da qual a Colônia Ijuhy³ é desvinculada em 1890 –, observadas na Figura 4.

³ A grafia Ijuhy foi utilizada, segundo Mello (2013), até a década de 1940 nos documentos oficiais, sendo posteriormente adotado o termo Ijuí para designar a cidade. Neste trabalho, será empregado para nomear a Colônia Ijuhy, isto é, antes de se tornar município autônomo.

Figura 4 – Mapa da urbanização do Rio Grande do Sul até 1850



Fonte: (SOUZA, 2000, p. 33).

A autora supracitada salienta que mesmo diante das diferentes estruturas urbanas encontradas em cada região do Rio Grande do Sul, as cidades apresentam aspecto físico comum para o traçado viário, em forma de quadrícula/xadrez. Esclarece ainda que o traçado xadrez está sempre atrelado a urgência de demarcação das cidades, seja por motivos militares, de colonização ou de especulação imobiliária.

Pereira (2010) discorre que o modelo reticulado para o traçado urbano surgiu nas cidades coloniais gregas e que, inicialmente, os territórios urbanos da Grécia eram constituídos de inúmeras células irregulares, devido aos terrenos acidentados limitados por colinas ou pelo litoral, exceto as *acrópoles*⁴ e *ágoras*⁵ que possuíam formas regulares. No entanto, o arquiteto e filósofo Hipódamo, que viveu em Atenas no século V a.C., foi o criador do urbanismo reticulado ortogonal e, a partir de então, o modelo é empregado até a Contemporaneidade (PEREIRA, 2010).

Souza (2000) afirma que algumas cidades gaúchas estrategicamente possuíram ocupação militar para defesa do Sul do estado, entre os rios Jacuí-Ibicuí e a fronteira. Dessa maneira, cidades como Bagé, São Gabriel e Santa Maria foram conformadas com a malha xadrez, a partir do acampamento militar. Todavia, na região de colônia as áreas urbanas foram

⁴ Área mais alta da cidade grega, era utilizada para refúgio de habitantes, observação militar e atividades sociais. Nela estavam contidos, por exemplo, a *ágora* e o templo religioso.

⁵ Entendida como a praça central das cidades-estados gregas, normalmente ocupando o espaço mais alto da região urbana.

demarcadas por empresas privadas que elencaram o traçado reticulado como modelo base, sendo o caso de Caxias do Sul, Farroupilha e Santa Cruz do Sul (SOUZA, 2000). Nestas cidades coloniais, a praça era elemento central a partir da qual os quarteirões se expandiram.

Portanto, independente da motivação da demarcação – militar ou colonial –, existe a predominância da malha urbana reticulada no estado. Especificamente no caso de Ijuí, o modelo foi provavelmente implantado pela facilidade e rapidez proporcionada, além de a cidade portar topografia pouco acidentada, favorecendo ainda mais a sua execução.

2.2.1 A cidade de Ijuí

O nome *Ijuhy* foi concedido pelos índios Guaranis – os primeiros habitantes das terras antes dos caboclos e imigrantes – e posteriormente foi conservado pelos missionários instalados no local, segundo Lazarotto (2002). O Rio Ijuí que corta a cidade na direção Leste-Oeste, originou o nome da cidade. O autor expõe que o significado da denominação se altera de acordo com a grafia, podendo ser interpretado como rio das rãs, rio dos espinhos, rio dos pintassilgos, rio da abelha divina, ou ainda o mais empregado: rio das águas divinas.

Localizando-se no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul e, conforme Azambuja (1997), *Ijuhy* foi a primeira colônia oficial na região, responsável por desencadear a criação de tantas outras.

A autora corrobora que antes de sua condição de colônia, em meados de 1850, nessas terras foi aberta uma ‘picada’, com o intuito de facilitar e diminuir o deslocamento entre Cruz Alta e Santo Ângelo, estando essa próxima as matas do Rio Conceição, com afluentes do Rio Ijuí. Lazarotto (2002) descreve que na Picada Conceição se instalaram os primeiros peões ou caboclos⁶, responsáveis pelas aberturas das matas para o estabelecimento da estrada e para o plantio de erva-mate. Todavia, o autor discorre que mesmo antes da colonização por imigrantes, há indícios de que viveram nessas terras grupos indígenas Guaranis que foram expulsos com a chegada dos peões.

A Colônia *Ijuhy* Grande foi fundada em 19 de outubro de 1890 por iniciativa da Secretaria de Comissão de Terras do Rio Grande do Sul, pelo então chefe de Comissão de Terras de Silveira Martins, José Manuel da Siqueira Couto. Após, a colônia foi desligada da região territorial de Cruz Alta e se tornou município autônomo, mediante o Decreto Estadual nº 1814, de 31 de janeiro de 1912.

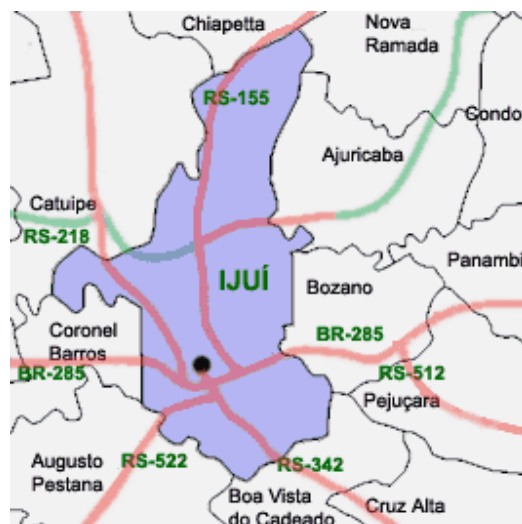
⁶ Os caboclos eram a população de luso-brasileiros nômades que inicialmente ocupavam a região com poucas condições, ou seja, em caráter de subsistência (LAZAROTTO, 2002).

Lazarotto (2002) comenta que depois dos caboclos, iniciou-se a colonização por imigrantes na região, porém, diferentemente da ocupação da maioria das terras no estado, os que se instalaram nas então matas de Ijuí, em meados de 1878, primeiramente reemigraram por conta própria das colônias velhas – região de Caxias do Sul e Silveira Martins, pois buscavam terras menos acidentadas das que lá receberam. Entretanto, o autor explana que após a inauguração enquanto colônia, Ijuí passou a receber grupos de imigrantes europeus das mais diversas nacionalidades – alemães, teuto-russos, poloneses, italianos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses e espanhóis –, diretamente enviados para essa região.

Azambuja (1997) confirma que para o imigrante se estabelecer na Colônia Ijuhy, o estado cobrava a instalação e demarcação do lote, a alimentação e, ainda, a confecção da rede viária interna da colônia, culminando no acesso ao mercado local. Essas despesas iniciais poderiam ser pagas em cinco anos, favorecendo os colonos que chegavam sem qualquer tipo de reserva monetária. Por conseguinte, o imigrante acabava enraizado em um regime de dependência para com a administração colonial, precisando trabalhar para o sustento de sua família e para pagar uma dívida interminável com o governo local.

Como se percebe na Figura 5, o município está hoje limitado ao Norte pela cidade de Chiapetta; ao Leste por Nova Ramada, Ajuricaba e Bozano; ao Sul por Boa Vista do Cadeado; a Oeste por Catuípe, Coronel Barros e Augusto Pestana. Situa-se a aproximadamente 400 km da capital do estado, Porto Alegre e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), apresenta área territorial de 689,387 km² e 78.915 habitantes.

Figura 5 – Mapa de delimitação municipal



A cidade de Ijuí destaca-se atualmente pela qualidade de vida, educação e saúde. É conhecida como: Cidade Universitária, pelo grande fluxo de alunos provenientes do Campus da UNIJUÍ; Colmeia do Trabalho, pelo desenvolvimento do município através do comércio e da agricultura; Terra das Fontes de Água Mineral, pela existência de fonte mineral; Terra das Culturas Diversificadas, por ter sido imigrada por onze etnias.

2.2.1.1 O traçado viário e a Praça da República

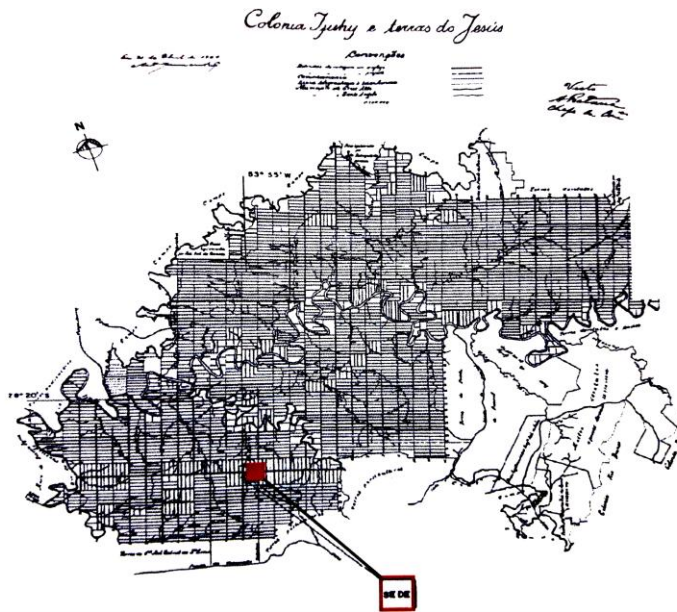
Quanto ao início da colonização de Ijuí, sabe-se que foi determinada em virtude da necessidade de resguardar fronteira e para diminuir as tarifas dos gêneros alimentícios. Com isso, Siqueira Couto recebeu instruções para demarcar a sede da Colônia, a fim de instalar a administração da Comissão de Terras (LAZAROTTO, 2002).

Inicialmente, em 1901, foi criado o Mapa da Colônia Ijuhy – Figura 6 –, onde estavam explícitos alguns distritos e a sede, já divididos em quadrantes regulares. Na sede estava estabelecida a área urbana, comportando a administração de terras, o barracão⁷, algumas residências e pequenos comércios. Contudo, Azambuja (1997) declara que essas primeiras edificações estavam dispostas em volta da praça central ou nas ruas adjacentes, concentrados mais especificamente, na orientação Sul da Rua 7 de Setembro e a Oeste da Rua do Comércio.

O traçado viário foi sempre reticulado/xadrez, com quadras, em sua maioria, de cem metros de largura por cem metros de comprimento. O planejamento urbano foi estabelecido com base nos pontos cardeais, assim, o mapa da sede de 1901, representado pela Figura 7, demonstra que sessenta e cinco quadras estabeleciam a sede, sendo delimitada ao Norte pela Rua 12 de Outubro – antigo Travessão 22 –, ao Sul pela Rua 21 de Abril – antigo Travessão 18 –, ao Leste pela Rua 13 de Maio – antiga Linha Base – e a Oeste pela Rua 19 de Outubro – antiga Linha 1 Oeste –. Ainda, a Rua do Comércio e a Avenida Coronel Dico – antigo Travessão 20 –, cortavam a sede ao meio, interrompidas apenas pelo quadrante da Praça da República, posicionado no núcleo urbano.

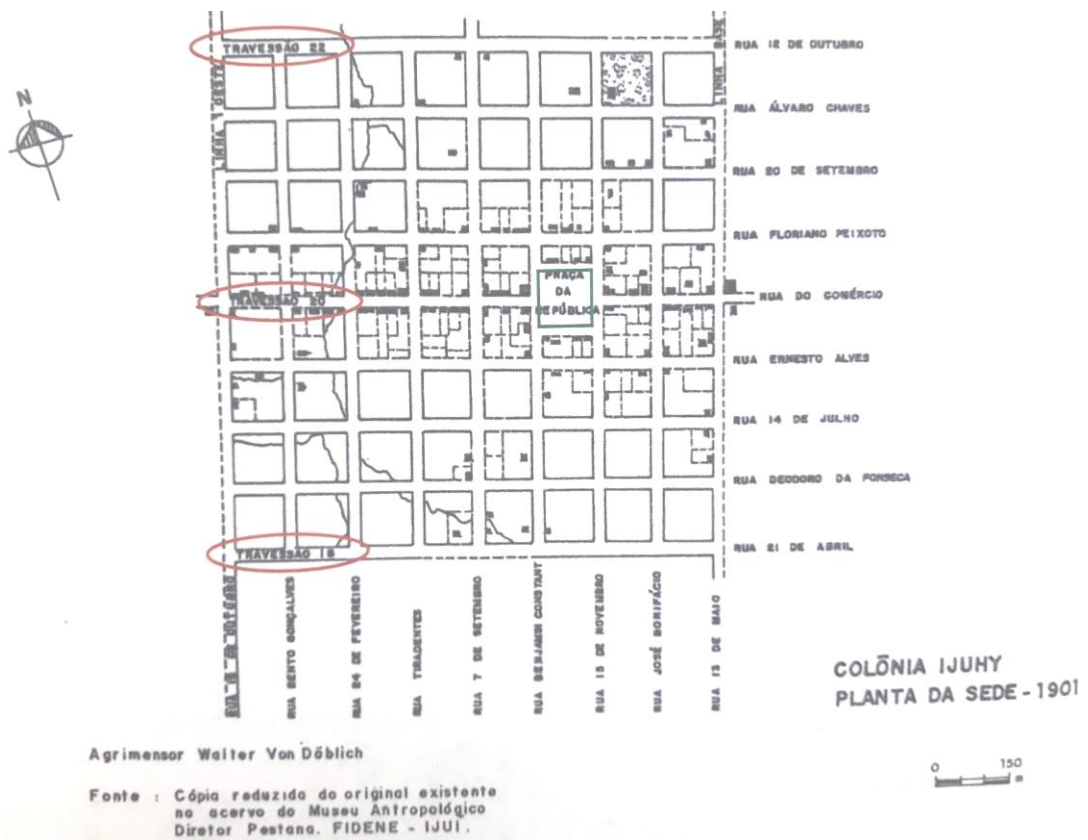
⁷ Os barracões eram os alojamentos provisórios, construídos de madeira, para abrigar os imigrantes recém-chegados. Os colonos ficavam neles até serem destinados aos seus lotes, assim como até o término da construção de suas casas.

Figura 6 – Mapa da Colônia Ijuhy e Terras do Jesús, situando a sede



Fonte: MADP ([19--]) *apud* adaptação de Mello (2013, p. 38).

Figura 7 – Mapa da Colônia Ijuhy com ênfase nas quadras da sede



Fonte: MADP ([19--]) *apud* adaptação de Mello (2013, p. 39).

Por meio da antiga Linha Base criaram-se outras linhas/ruas no sentido Norte-Sul, estando essas posicionadas perpendicularmente aos travessões na orientação Leste-Oeste. Por conseguinte, o traçado xadrez é inegavelmente reconhecido na malha urbana de Ijuí.

Silva (2003) relata que esse traçado cartesiano foi estabelecido de forma a coincidir com a topografia da região. Portanto, a praça central foi estrategicamente posicionada no âmago de três colinas e na área mais elevada da colônia.

Nos primórdios, a Praça da República estava demarcada no centro da sede, mas não possuía uma arquitetura paisagística, ao contrário, o Padre Cuber em 1898, relata: “Existe uma praça que mede cem por cem metros de lado, localizada no centro da vila, onde, todavia, restam numerosos troncos de árvores, capoeiras e ervas daninha, vestígios evidentes de seu passado pouco remoto” (CUBER, 2002, p. 23). Dessa forma, percebe-se que possuía péssimas condições de limpeza, assim como ainda apresentava sinais da anterior mata local.

Curiosamente, havia mais uma praça demarcada no mapa da sede, que segundo Lazarotto (2002), teria sido alterada de posição em dois quadrantes da cidade no período de divisão e demarcação de terras, para depois ser definitivamente excluída do centro.

A confirmação dessa troca de posição pela chamada Praça da Independência, consta no Relatório dos Negócios e Obras Públicas de 1900 (1900, p. 12):

Durante o ano muitas foram as construções feitas na sede, daonde dentro em breve terão desaparecido as casas de tábuas. Na quadra que escolhi para nova praça está formado um passeio público. A sociedade “Clube Ijuhy” aqui organizada se encarregou de fazer o gradil e tomar a si a conservação do referido passeio onde já há grande número de árvores tendo se conservado as primitivas, trata-se de plantar novas espécies. A animação é geral na colônia e tudo faz prever um futuro próspero.

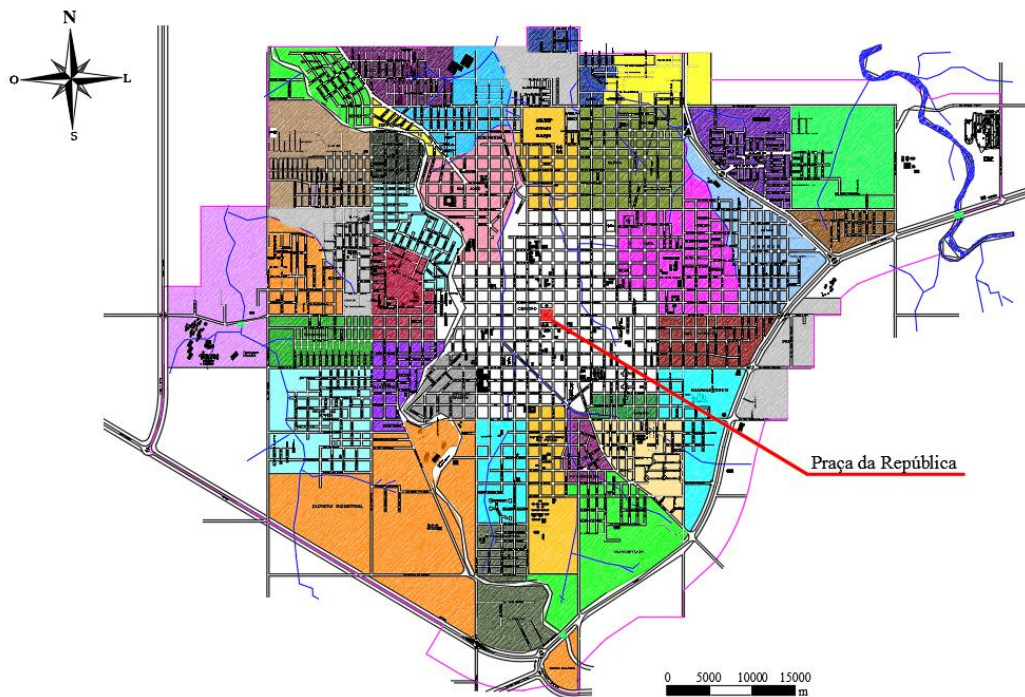
Inicialmente estaria locada entre as ruas 12 de Outubro, 15 de Novembro, Álvaro Chaves e José Bonifácio e, mais tarde, entre as ruas Álvaro Chaves, Benjamin Constant, 15 de Novembro e 20 de Setembro, sendo em 1929, cedido esse quadrante pela prefeitura para a construção da Escola Estadual de 1º Grau Rui Barbosa, ainda existente nessa área e, portanto, concretizando o fim dessa segunda praça no núcleo urbano (LAZAROTTO, 2002).

Segundo Azambuja (1997), a expansão urbana nos primórdios na cidade, não foi realizada de maneira homogênea e nem em todas as orientações, havendo certo retardo de crescimento na área Oeste próxima a via férrea, devido ao relevo acidentado, bem como em locais com terrenos alagadiços e córregos, que foram somente mais tarde habitados.

Por fim, não se pode afirmar que o traçado viário foi previsto a partir da praça central, contudo, ela sempre esteve no núcleo da então colônia e, depois, município. Dessa forma, por

meio do mapa urbano da cidade de 2012 – Figura 8 –, percebe-se que houve o crescimento da malha em todas as orientações – em alguns lugares mais rápido e outros menos –, confirmando o ponto central da Praça da República, tal como, sua relevância histórica e geográfica na cidade de Ijuí.

Figura 8 – Mapa Urbano de Ijuí



Fonte: Adaptação de Ijuí (2012).

2.3 AS PRAÇAS

A praça pode ser caracterizada, segundo Saldanha (1993), como um espaço amplo, livre, conformado pela confluência das ruas e pela alteração no padrão edificado do seu entorno. Mais do que isso, apresenta árvores, mobiliários e equipamentos urbanos e, às vezes, monumentos e pequenos lagos artificiais.

O patrimônio arquitetônico paisagístico ou jardim histórico, é definido pela Carta de Florença (FLORENÇA, 1981) como “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado monumento”. Dessa maneira, as praças fazem parte dessa categoria, pois são transformações

humanas, normalmente vinculadas a fatos históricos e políticos de natureza municipal, estadual ou nacional, conferindo-lhes qualidade inata de monumento.

Na maioria das cidades desde a Idade Média, o clero ou as igrejas eram estabelecidos em um ponto estrategicamente central, no qual a praça estava sempre atrelada, seja em frente ou junto ao espaço religioso, não sendo diferente do que até hoje ocorre no Brasil. Portanto, na expansão da malha urbana, nota-se que as praças centrais e suas sedes religiosas são, na maioria dos casos, os fatores definidores a partir dos quais os quarteirões estabelecidos pelos comércios e pelas moradias se alastram.

Dessa forma, as praças posicionadas em pontos centrais, possuem especificidade de núcleo no sistema viário, segundo Pereira (2010), pois estabelecem conexões com os demais elementos da urbe. Logo, geram uma malha de interligações entre bairros e centro.

Aliás, cabe ressaltar que antes mesmo da existência das praças surgiram os jardins particulares. No Brasil, entretanto, os primeiros jardins criados retrataram tendências europeias e, mais tarde na Modernidade, adquiriram identidade própria com o paisagista Roberto Burle Marx (DELPHIM, 2005). Existia a prática comum de incorporar estilos paisagísticos advindos de outras nacionalidades, pois eram referências adotadas em Portugal e, por meio da coroa, aderidas em âmbito brasileiro, como o paisagismo espanhol, inglês e francês.

Por conseguinte, na contraposição entre o jardim e a praça se observa que enquanto um é de uso essencialmente particular, o outro é puramente público – termo que advém do latim *publicus*, relativo ao povo –. Ainda, “o jardim encerra a bibliografia, a praça a história; um é introvertido, a outra extrovertida. [...] no jardim o espaço se põem em função das plantas, enquanto na praça o espaço é o principal: em função do espaço se colocam as árvores e monumentos” (SALDANHA, 1993, p. 38). O mesmo autor complementa:

[...] Sem dúvida o jardim concentra e registra a privacidade retendo uma porção da natureza, enquanto que a praça vem a ser um espaço aberto na natureza, senão mesmo contra ela. Um espaço muitas vezes tido como sagrado (morada de um deus, com seu templo), quase como um modo de compensar a violência, ou violentação, que a origina. Na verdade o jardim é também *cultural*, e o que se tem são dois modos de ser das relações entre o homem e o mundo. Na linguagem de Ludwig Klages, dir-se-ia que o jardim corresponde à alma, e a praça ao espírito (SALDANHA, 1993, p. 10).

No decorrer da história, diversas foram as segregações e delimitações entre classes sociais para a ocupação das praças, visto que em alguns casos a aristocracia declarava propriedade sobre ela e a utilizava para festivais e cerimoniais, enquanto que em outros, era

destinada a plebe para festas e convivências. Delphim (2005) retrata que no Brasil, nos séculos XIX e início do XX, era habitual que os jardins, passeios públicos e praças fossem circundados por grades de ferro para que apenas homens de classes elevadas obtivessem acesso as suas dependências, representando resquícios de um Brasil rural e escravista. Todavia, por motivo distinto, veremos no próximo subcapítulo que a Praça da República de Ijuí também possuiu cerca em sua delimitação por um certo período.

Saldanha (1993) comenta que o próprio jardim particular é uma criação das classes mais abastadas, uma vez que se conecta a residência para gerar um espaço de reflexão e deleite íntimo, sempre delimitado e protegido por muros ou grades, gerando inerentemente a segregação social. Portanto, este seria ainda hoje um delimitador social, pois o jardim com suas ornamentações arquitetônicas e paisagísticas se volta para o uso pessoal de uma família, diferente da praça que de forma abrangente e sem distinções aceita a permanência de todos.

As primeiras obras de jardinagem e deleite social no país foram verificadas no século XVIII, conforme explana Delphim (2005), ocorrendo a partir de 1753 a criação das praças do Rio de Janeiro – enquanto capital do país –. O autor corrobora que faz parte desse período, o projeto paisagístico e urbanístico do Passeio Público da cidade, incumbido a Valentim de Fonseca e Silva, pelo então vice-rei Luís de Vasconcelo, em 1779.

Por conseguinte, o início das obras de arquitetura paisagística no Brasil é bastante recente quando comparado as realizadas na Europa, enquanto na primeira estão atreladas ao século XVIII, na segunda têm referências na Idade Antiga. Ressalta-se que mesmo com o pouco tempo de existência das praças no contexto nacional, a realidade urbana recebeu mudanças notáveis, alterando o modo de viver e conviver com os jardins públicos, substancialmente devido ao agravamento do intenso desmatamento e da ocupação dos lotes na Contemporaneidade.

Na atualidade, Saldanha (1993) coloca um novo momento em que a sociedade vive diante das praças, visto que com a massificação há excesso de pessoas nesses espaços. Por isso, diferente do antigo modelo urbano que possuía uma única praça na cidade, hoje, cada novo bairro que se estabelece já possui uma praça própria, pois com a recorrente verticalização das cidades, os jardins particulares são cada vez mais inexistentes, restando a elas suprirem as demandas, especialmente as ambientais.

Enfatiza-se também que a praça sempre foi sinônimo de confraternização, interação, exposição de artefatos ou ideologias, palco para manifestações e rebeldias sociais. Através da

Antiguidade, com as *ágoras*⁸ gregas, percebe-se a incumbência histórica dos espaços públicos em manifestar os interesses da vida em comunidade, sendo que em todos os momentos de crise econômica, política e social ou em tempos de celebração, a sociedade se expressa no núcleo central urbano.

Portanto, devido as suas atribuições urbanas, a praça é perceptivelmente relevante para a vida da cidade, pois sem ela a organização social não possuiria um ponto focal. Ainda, constata-se que ao longo dos anos, teve funções diversas que foram surgindo e acumulando-se, definindo-a atualmente como local de: sociabilização, mercado para vendas e trocas; atos políticos; culto religioso; espetáculos e apresentações artísticas; esporte, lazer e contemplação; contato com a natureza; despoluição e umidificação do ar; controle térmico e acústico; e escoamento pluvial.

Contudo, mesmo com a indiscutível destaque que exhibe na Contemporaneidade, poucas praças centrais são vislumbradas como patrimônios formadores da expansão urbana, enquanto a maioria, são apenas caracterizadas como espaços de salubridade e vivacidade, sendo o caso da Praça da República.

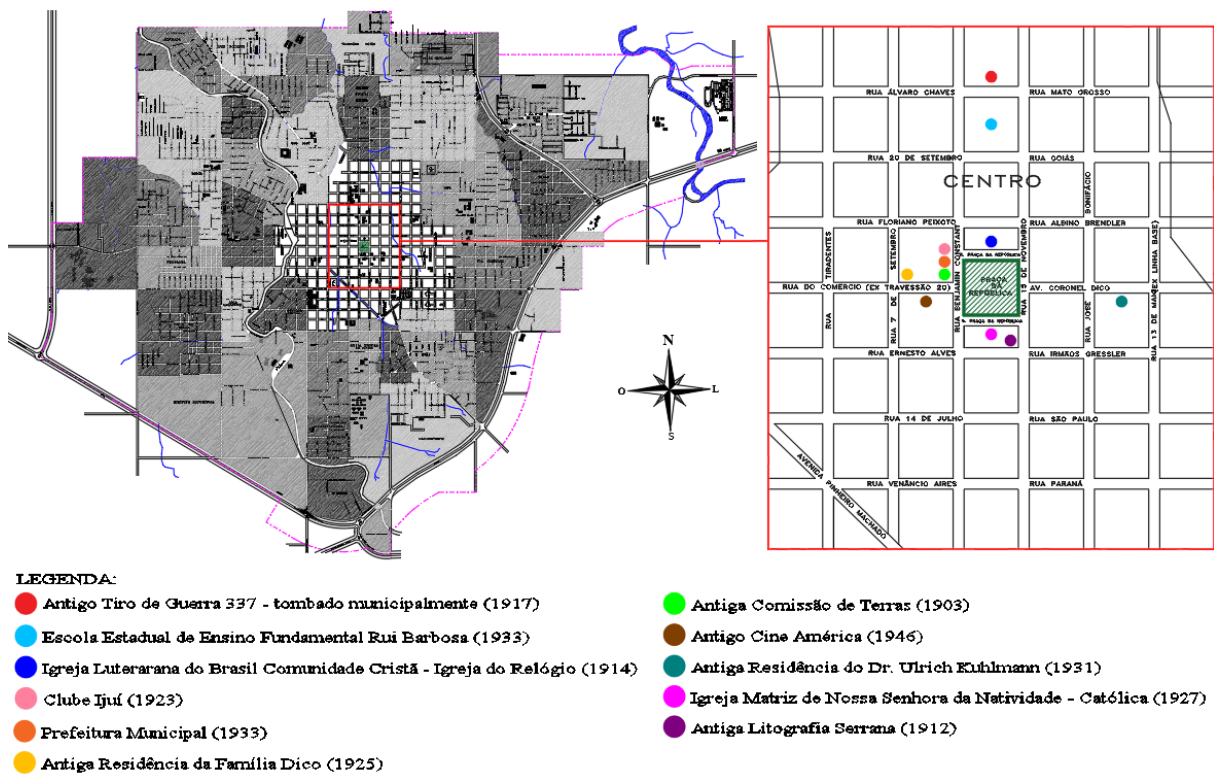
2.3.1 A Praça da República

Segundo Silva (2003), o nome escolhido para a praça central, homenageia a Proclamação da República no Brasil que estava para eclodir e, veio de fato a se concretizar, em 15 de novembro de 1889. Comenta ainda, que não somente ela, mas uma série de ruas da sede da colônia fazem menção a heróis republicanos e a datas significativas para a época no país. Cita-se a título de exemplo, as ruas Marechal Deodoro da Fonseca (proclamador da República e primeiro presidente, de 1889 a 1891); 13 de Maio (abolição da escravatura, em 1888); José Bonifácio (patriarca da Independência do Brasil, em 1822); e 24 de Fevereiro (primeira Constituição Republicana dos Estados Unidos do Brasil, em 1891).

A Praça da República de Ijuí está situada desde o primeiro plano urbano – visto na Figura 7 anteriormente –, entre as ruas 15 de Novembro, Praça da República e Benjamin Constant. Ainda, pode ser observado no mapa contido na Figura 9, que grande parte das edificações históricas estão locadas próximas a ela, identificando sua relevância urbana no município.

⁸ Local onde toda as questões culturais – discussões filosóficas e representações artísticas –, religiosas – cultos e estátuas divinas –, políticas – debates e decisões administrativas – e econômicas – mercados –, eram enfrentadas pelo povo nesse núcleo da área urbana.

Figura 9 – Mapa de situação da praça com demarcações de imóveis históricos



Fonte: Adaptação de Ijuí (2012).

Preto (2014) explicita que no início da constituição das cidades, as praças eram dispostas em frente as capelas ou igrejas e, seguindo esse ponto central, as casas e comércios se conformavam no entorno.

Em Ijuí foi seguido um padrão de expansão urbano muito próximo a esse, uma vez que a primeira rua habitada por imigrantes foi a 7 de Setembro, encontrando-se ali o barracão para alojamento dos recém-chegados e alguns poucos comércios. Entretanto, o prédio da Comissão de Terras e posterior Intendência Municipal, já naquele período, foi construído em frente à praça central. Logo, não tardou para que outros imóveis públicos e religiosos, ou mesmo de comerciantes e pessoas de renome, fossem erigidos nas adjacências imediatas a praça. Alguns continuam existindo, porém, com remodelações construtivas e de uso, tais como: a Prefeitura Municipal, as igrejas Católica e Evangélica, o Clube Ijuí, o Hotel do Comércio, o antigo Cine Serrano; enquanto outros desapareceram do cenário central, por exemplo: a antiga Pharmácia Hovevar, a Livraria Serrana, os jornais Correio Serrano e Die Serra Post, a Casa Comercial Scharnberg e o Colégio Elementar de Ijuí – primeira escola pública –.

Como visto anteriormente, mesmo não havendo comprovação de que a partir da praça central estava prevista a expansão municipal e, ainda que não tenha existido de modo absolutamente idêntico para todos os lados dela nos primeiros tempos de crescimento urbano, o traçado viário de hoje, exhibe, sim, a praça como quadrante núcleo.

Macedo (1999) elucida que no contexto nacional, o século XX foi marcado pelo acelerado processo de urbanização e, com isso, aumentou-se a demanda coletiva por espaços livres públicos, visto que as mais diversas classes passaram a usufruírem de forma diferente a cidade, apreciando a convivência social e a contemplação dos jardins.

Por conseguinte, originou-se a Praça da República também no reflexo desse cenário brasileiro, com uma nova forma de apreciar os espaços centrais da cidade, isto é, desfrutando dos jardins públicos nos momentos de ócio. No entanto, esse processo de valorização e ajardinamento foi significativamente tardio, uma vez que o primeiro intendente, Augusto Pestana, providenciou apenas a abertura da mata fechada – Figuras 10 e 11 –, não realizando a limpeza completa do espaço, deixando vestígios de troncos no local.

Figura 10 – A praça demarcada, 1908



Fonte: (BAGÉ, 2017d).

Figura 11 – A praça ainda sem projeto, 1912



Fonte: (SANTOS, 2016).

O pouco investimento seria fruto dos baixos montantes enviados à colônia, que não cobriam nem mesmo as despesas essenciais com os barracões, as questões sanitárias e a infraestrutura urbana. À vista disso, Lazarotto (2002) explicita que as primeiras ações de Augusto Pestana foram relativas ao controle das doenças que assolavam os imigrantes, devido as grandes aglomerações em barracões e as condições insatisfatórias de higiene neles, assim como as aberturas de ruas e quadras, as demarcações de lotes e a destinações dos mesmos aos imigrantes e, por fim, as construções de pontes sobre o Rio Ijuí.

A elevação à categoria política de município em 1912 formalizou a economia, por consequência, os cidadãos passaram a contribuir com impostos obrigatórios e, como tal, vislumbram na ação a possibilidade de melhorias nas condições urbanas. Conforme retrata a notícia publicada no *Jornal Die Serra Post* (1912) *apud* MADP ([19--]): “enquanto Ijuí era colônia governamental, não havia dinheiro para o centro urbano, agora que se tornou município, isto deverá ser recuperado”.

Dessa forma, somente após esses primeiros momentos de organização foram averiguadas benfeitorias nos aspectos estéticos e urbanísticos de Ijuí, dentre elas na Praça da República. Assim, o primeiro projeto de arquitetura paisagística executado nela ocorreu apenas em 1913, quando o coronel Antônio Soares de Barros – Coronel Dico – assumiu como intendente, isto é, vinte e três anos depois da instalação da Colônia Ijuhy.

Francisco Berenhäuser – posteriormente presidente do Conselho Municipal – foi o responsável por implementar em poucos meses uma arquitetura paisagística idealizada com os preceitos no estilo eclético clássico, ou seja, com canteiros e caminhos geométricos dispostos em forma concêntrica – embasando-se em pontos cardeais –, emprego de espécies exóticas, como plátanos (SILVA, 2003). Portanto, assim como o conceito de pontos cardeais foi aplicado para a distribuição dos quadrantes no primeiro mapa municipal, o mesmo padrão norteador foi evidenciado na proposta da praça, desta vez através dos caminhos concêntricos, aludindo a rosa dos ventos – Figura 12 –.

A proposta era bastante simples, com um caminho largo central no sentido Leste-Oeste e, identicamente dos dois lados desse caminho, nas orientações Norte e Sul, foi disposto um círculo a partir do qual seis outros passeios levavam ao centro ou ao limite interno cercado da praça – Figuras 13 –. Esses caminhos eram de terra, sem qualquer pavimentação, delimitados por canteiros um pouco mais elevados e, nas bordas deles, diversos plátanos e palmeiras foram plantados. Também se percebe por meio da Figura 14 algumas plantas rasteiras, provavelmente floríferas e gramíneas.

Figura 12 – Canteiros concêntricos, 1913



Fonte: (MADP, [1913?]).

Figura 13 – Canteiros circulares, 1913



Fonte: (MADP, [191-c]).

Figura 14 – Estilo eclético clássico na praça, 1913



Fonte: Recorte de MADP ([1913]).

Presume-se que a inspiração eclética clássica tenha sido adotada em virtude de o estilo estar em ênfase nas cidades brasileiras nos primeiros trinta anos do século XX, compreendendo assim, o período em que foi projetada em 1913. Curiosamente, expõe Silva (2003), que neste mesmo mandato do intendente Coronel Dico, fez-se imprescindível a adoção de cercas, com palanques de madeira e arames, assim como roletas de madeira, para obstruir o acesso de animais soltos e, portanto, evitar a destruição da proposta implantada – Figura 15 –. Ainda, pressupõem-se que essas cercas ficaram na praça até o final da década de 1920.

Dessa maneira, no primeiro momento, não existiam passeios públicos fora das cercas, mas sim, somente do lado de dentro e por toda a extensão da praça, sendo que no limite

externo delas estava conformada a rua para o trânsito de veículos, como se observa na Figura 16.

Figura 15 – Cercas e roletas na praça, 1916 Figura 16 – Delimitação dos passeios, 1913



Fonte: (BAGÉ, 2016a).



Fonte: (MADP, 1913).

As alterações positivas na praça central e nas ruas do município, estimularam a população a valorizar esteticamente suas residências, desde implantar jardins nos quintais até providenciar reformas nas fachadas, ou mesmo, a construir novos imóveis em alvenaria. Por conseguinte, Silva (2003) revela que praticamente todas as edificações em volta do quarteirão da praça foram ornamentadas, abandonando o padrão das casas de madeira. Consequentemente, são notórios os primeiros indícios de demolições na paisagem central, não somente nesse período, mas desde então, continuamente transcorrem mudanças nas edificações, sendo elas renovadas, adaptadas para novos usos, ou ainda, demolidas para dar lugar a construções mais impactantes e verticalizadas.

Ao longo do tempo, a vegetação da praça foi crescendo e modificando o cenário central, vegetando e embelezando, como demonstram as Figuras 17 e 18, em um local onde antes existia apenas uma área aberta e sem uso.

Figura 17 – Vista Sul-Norte, déc. 1910



Fonte: (MADP, [191-a]).

Figura 18 – Plátanos crescidos, 1926



Fonte: (BAGÉ, 2016g).

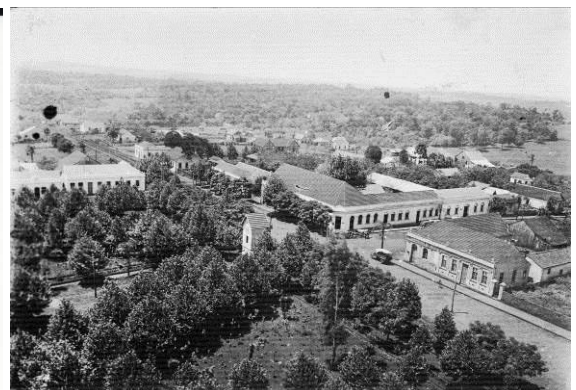
Ao longo dos passeios os plátanos crescidos conformaram alamedas, além disso, foram empregados lírios e gramíneas nos canteiros – Figura 19 e 20 –, a fim de embelezar e impedir o avanço ou o desmoronamento da terra para dentro dos passeios, uma vez que não haviam contenções.

Figura 19 – Alamedas de plátanos, déc. 1920



Fonte: (MADP, [192-b]).

Figura 20 – Vista aérea dos plátanos, 1923



Fonte: (MADP, 1923).

O mobiliário era composto por alguns bancos – assento e encosto de madeira com estrutura de ferro – dispostos ao longo dos caminhos retilíneos, tal como se percebe na Figura 21. Mais tarde, provavelmente no final da década de 1910 ou início da década de 1920, adicionou-se um monumento no centro da praça, identificado na Figura 22.

Figura 21 – Banco de madeira e ferro, déc. 1920 Figura 22 – Monumento central, 1922



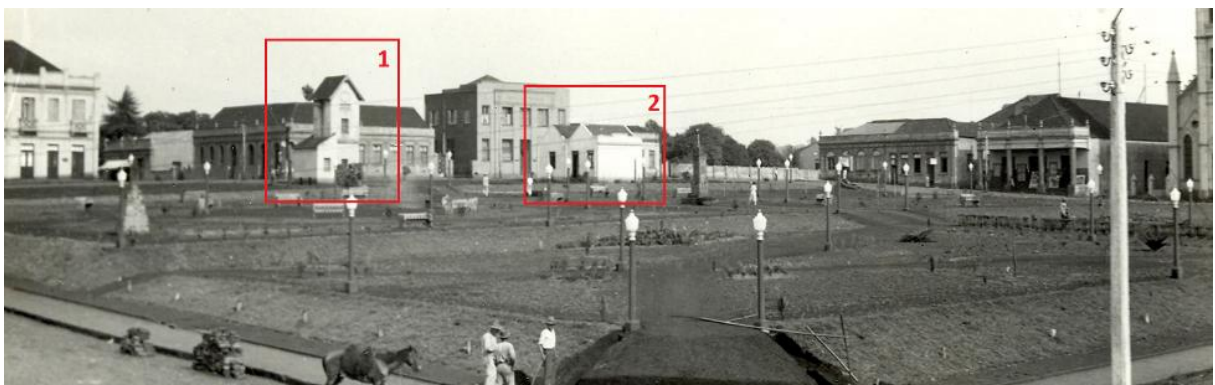
Fonte: (MADP, [192-a]).



Fonte: (MADP, 1922).

As novas demandas com a chegada da iluminação e do abastecimento de água, culminaram nas construções de dois prédios na extremidade Leste da praça, um nomeado de Casa de Luz e Força – edificado em 1923 – e outro de Casa de Bombas D’Água – erigido em 1928 –. Mesmo assim, a iluminação era precária e com postes rústicos de concreto. Quanto aos prédios, provavelmente foram situadas na praça por esta ser o núcleo da cidade e, dessa maneira, facilitar a distribuição tanto de água, quanto de luz. A Figura 23 não retrata a praça original, mas sim, de 1938 quando uma nova arquitetura estava sendo incorporada, todavia, utiliza-se para demonstrar a Casa de Luz e Força (1) e a Casa de Bombas D’Água (2).

Figura 23 – Edificações construídas ao longo da primeira proposta da praça, 1938



Fonte: Adaptação e recorte de MADP (1938).

Com o transcorrer dos anos, coincidindo estrategicamente com as alterações políticas, a praça foi submetida a duas marcantes reformas, nos anos de mandato dos prefeitos: Emílio

Martins Bühner (1938-1943) e Solon Gonçalves da Silva (1967-1969). Isto posto, abundantes e impactantes alterações físicas em prol da renovação foram efetivadas nessas remodelações, tanto no mobiliário urbano, quanto na proposta espacial da Praça da República, culminando em uma arquitetura paisagística demasiadamente diferente em 2017, observada nas Figuras 24 e 25. Essas reformas estão melhor analisadas no capítulo de resultados e discussão.

Figura 24 – Vista aérea orientação Sul, 2010 Figura 25 – Área central da praça, 2017



Fonte: (IJUÍ, 2010, p. 7).



Fonte: Autora (2017).

Vislumbrando-se a cronologia de Ijuí, torna-se inegável a atribuição de patrimônio cultural para a Praça da República, seja pela sua relevância geográfica, social, histórica, econômica ou política na estruturação desde município. Contudo, ela não foi e não é, adequadamente respeitada e salvaguardada, devido a notória carência de leis de proteção patrimonial local e a escassa imposição popular pela sua preservação.

Poulot (2009) defende que o patrimônio é determinado por um conjunto de fatores, sendo eles: sua realidade física, seu apelo estético, documental, ilustrativo e, inclusive, de reconhecimento sentimental. Portanto, a praça central pode ser atribuída como bem, pois detêm o conjunto de elementos primordiais, afinal, apresenta relevância inegável na conformação de Ijuí – documental – e, sobretudo, está ativa no sentido de diariamente ser usufruída pela sociedade – apelo estético e sentimental –, além de proporcionar sustentabilidade através dos benefícios de sua vegetação – realidade física –.

Ainda, ela não é um patrimônio isolado, mas sim, um recurso vivo e indispensável para garantir a qualidade de vida na cidade, uma vez que, por meio dela, conseguem-se inúmeros benefícios em uma área densamente habitada e pouco vegetada, tais como: purificação e umidificação do ar; conforto térmico, lumínico e acústico; desenvolvimento da fauna e da flora; absorção das águas; local de atividade física; além de propiciar lazer e

paisagens únicas. Cunha (2004, p. 50) determina que “uma praça é um lugar acolhedor, de manipulação da natureza, onde a paisagem sofre modificações por meio da necessidade humana do encontro social e do lazer gratuito [...]” e, por isso, a praça central está em contínua metamorfose social.

Por último, todavia não menos importantes, são os eventos e as expressões sociais, comerciais e políticas que se manifestaram no passado e ainda se constituem na Contemporaneidade, retratando as particularidades históricas e culturais que fazem da Praça da República e de suas imediações, uma paisagem de natureza monumental.

2.3.1.1 A relevância histórica e cultural

A praça central já foi palco de incontáveis cenas urbanas, tornando-a espaço de significância histórica e cultural pelas ações ali vividas pelos ijuienses. Dessa maneira, quase a totalidade das manifestações públicas no município, sejam de ordem política, econômica ou social, sempre ocorreram e ainda ocorrem na área central, mais precisamente na Praça da República ou nas ruas que a delimitam. Algumas delas merecem exposição abaixo:

- Aniversários do município em 19 de Outubro: nos anos de 1940, 1970 e 1990 foram realizados desfiles e grandes festividades em homenagem aos cinquenta, oitenta e cem anos de fundação de Ijuí.

Figura 26 – Desfile dos 50 anos, 1940



Fonte: (BAGÉ, 2016d).

Figura 27 – Desfile dos 80 anos, 1970



Fonte: (CAMARGO, 2016).

- Aniversários da Rádio Repórter: a rádio iniciou sua atuação em 10 de abril de 1950, quando muitas pessoas se reuniram na Praça da República para sua primeira transmissão. Assim, ao completar vinte anos de audiência, em 1970, bem como ao

completar vinte e três anos, em 1973, a rádio promoveu *shows* e atividades recreativas (JORNAL DA MANHÃ, 1970 e 1973 *apud* BAGÉ, 2017). Esses eventos ocorreram tanto no auditório da praça, quanto nas ruas circundantes

Figura 28 – Festa de 20 anos da rádio, 1970



Fonte: CORREIO SERRANO, 1970 *apud* BAGÉ 2017a).

Figura 29 – *Show* de 23 anos da rádio, 1973



Fonte: (CORREIO SERRANO, 1970 *apud* BAGÉ, 2017b).

- Carnavais de rua: normalmente durante esse período, principalmente até a década de 1990, a cidade era amplamente adornada, ocorriam descontraídas festas nos clássicos clubes recreativos e haviam os desfiles de blocos que findavam na Praça da República. Além disso, até hoje, quase todos os anos se realizam pelo menos uma noite de festividade no centro, de forma gratuita para toda a população.

Figura 30 – Foliões, déc. 1920



Fonte: (MADP, [19--] *apud* BAGÉ, 2016c).

Figura 31 – Carnaval na praça, 2011

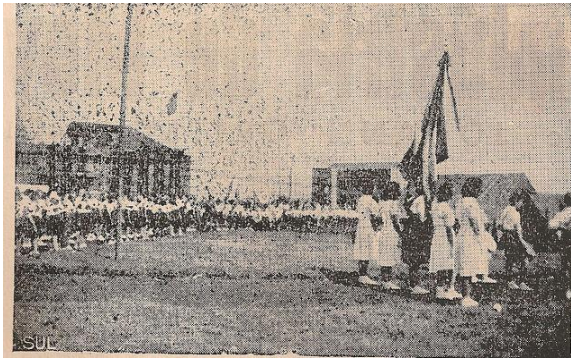


Fonte: (MUNICÍPIO DE IJUÍ, 2011).

- Desfiles de 7 de Setembro e 20 de Setembro: desde os primórdios do município, sempre se honrou as atividades pátrias do Dia da Independência do Brasil e, a

partir de 1940, ocorreram os desfiles de cavalarianos locais em comemoração à Revolução Farroupilha, sendo estes liderados por Laureano de Medeiro, um dos grandes nomes do tradicionalismo gaúcho em Ijuí. Outro grande marco na cidade foi a participação do cantor José Mendes em um desfile Farroupilha.

Figura 32 – Hasteamento da bandeira, 1914



Fonte: (BAGÉ, 2016g).

Figura 33 – 20 de Setembro, déc. 1940



Fonte: (BINDÉ, 2010 *apud* BAGÉ, 2016f).

- Dia da vitória: na data de 9 de maio de 1945 foi comemorado o fim da Segunda Guerra Mundial em Ijuí, havendo na programação apreciação da banda de clarins, hasteamento da bandeira, desfiles de escolas e associações públicas e privadas, assim como pronunciamentos de oradores pela importância do momento político (CORREIO SERRANO, 1945 *apud* BAGÉ, 2017).
- Feiras municipais do livro e feiras do artesanato: a primeira feira do livro ocorreu em 1970 na praça central e, até hoje, rigorosamente ocorre anualmente no mesmo local (CORREIO SERRANO, 1970 *apud* BAGÉ, 2017). A primeira amostra contava com exposição de livros em uma sala, no entanto, agora, diversas barracas de comerciantes se espalham por toda a praça, além de haver apresentações culturais no anfiteatro. As feiras de artesanato acontecem próximas a datas comerciais e em alguns finais de semana, sempre nos passeios externos da praça.

Figura 34 – Exposição de obras raras, 1970

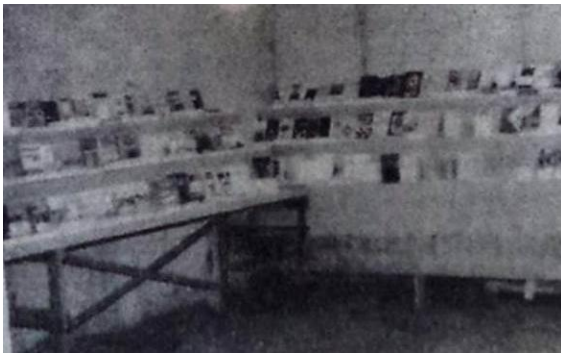


Figura 35 – Apresentação no anfiteatro, 2016



Fonte: (CORREIO SERRANO, 1970 *apud* BAGÉ, 2017c). Fonte: (GRUPO REPÓRTER, 2016).

- Festas dos bixos: por diversos anos as festas dos calouros da FAFI⁹ promoveram a integração dos ingressantes da faculdade com os cidadãos ijuienses, onde gincanas e atividades eram realizadas. O mesmo ‘trote consciente’ ainda acontece anualmente na UNIJUÍ, com atividades recreativas que direcionam os alunos para o centro da cidade ou para as imediações da universidade.

Figura 36 – Desfile da festa dos bixos, 1958



Fonte: (MADP, 2017a).

Figura 37 – Ranking dos calouros, 2012



Fonte: (BLOG DACOM, 2012).

- Greves: a praça central foi palco de inúmeras reivindicações sociais e trabalhistas ao longo da história da cidade, muitos desses movimentos foram dos sindicatos dos professores, bancários, policiais civis e militares, agricultores, previdenciários e servidores públicos como um todo. Destacam-se, na atualidade, a atividade

⁹ A FAFI foi fundada em fevereiro de 1956, bem como foi organizada pela Sociedade Literária Boaventura e pela entidade religiosa da Ordem dos Capuchinhos. Destaca-se por ter sido a primeira na região Noroeste do estado a oferecer ensino superior.

grevista dos caminhoneiros pela diminuição do valor dos combustíveis e o aumento do frete em 2015 e, também, as greves gerais de 2017 referentes a reformas trabalhistas e previdenciárias. Todas as manifestações normalmente são seguidas de passeatas e paralisações das atividades, terminando com aglomeração de público na Praça da República.

Figura 38 – Passeata dos caminhoneiros, 2015



Fonte: Autora (2015).

Figura 39 – Greve geral, 2017



Fonte: (SINDI COMERCIÁRIOS IJUÍ, 2017).

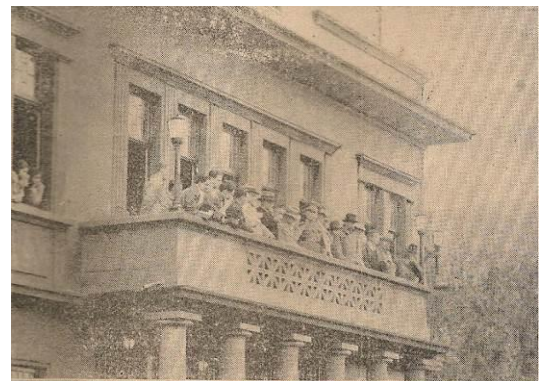
- Visita de Flores da Cunha: o governador e general Flores da Cunha discursou na sacada da Prefeitura Municipal em 1934, sendo que sua visita marcou a inauguração do Frigorífico Serrano.

Figura 40 – Cavalarianos no discurso, 1934



Fonte: (BAGÉ, 2011).

Figura 41 – Discurso na Prefeitura, 1934



Fonte: (BAGÉ, 2011).

O período de predomínio da ditadura militar no Brasil – 1964 até 1985 –, refletiu nas atividades não apenas nas capitais, mas também no interior dos estados, como foi o caso de

Ijuí. Amaral (1997) comenta que nesse tempo as manifestações populares foram erradicadas do centro da cidade e, portanto, da Praça da República onde normalmente ocorriam, ficando permitidos apenas os atos pátrios, como os desfiles de 7 de Setembro, por exemplo.

Em virtude dessa restrição, as manifestações sociais e comemorativas, como as festas do Dia do Colono e do Trabalhador, passaram a transcorrer no Bosque dos Capuchinhos e na praça da Igreja Matriz São Geraldo. A cidade foi imaginariamente subdividida, sendo o ponto de ruptura a passagem dos trilhos de trem na Rua do Comércio, dessa forma, no centro a elite comandava a política, enquanto a FAFI juntamente com outras entidades determinadas como comunistas, realizavam eventos e se reuniam acima dos trilhos (AMARAL, 1997).

A autora esclarece ainda que somente em 1980 o primeiro movimento público foi realizado novamente nas imediações da praça central, correspondendo a uma manifestação dos acadêmicos da FAFI contra o aumento do valor dos créditos no início do semestre. A partir de então, as movimentações na praça começaram a retornar ao domínio do povo.

A Praça da República, tal como outras praças passaram ao longo dos anos a ter a relevância de *ágoras* gregas, evidentemente que as questões econômicas e políticas não são mais decididas em meio a área pública central, contudo, mesmo diante do distanciamento do povo, as reivindicações dessas ordens são, sim, protestadas nela até hoje.

Mais do que um espaço arborizado de lazer e recreação diária, a praça central de Ijuí engloba caráter de patrimônio cultural pelas diversas cenas e eventos realizados em suas dependências desde a sua criação, que, substancialmente, identificam o vigor, o anseio pela prosperidade e a alegria do povo ijuiense em tudo que almeja e realiza em prol da coletividade.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem se definiu como qualitativa, de caráter exploratório. Logo, transcorre através de conteúdos existentes, com o intuito de expressar livremente o material coletado.

3.1 ETAPAS DE TRABALHO

Inicialmente ocorreu a delimitação do tema, ou seja, a definição da praça central e dos imóveis adjacentes como formadores da paisagem patrimonial de Ijuí, formulando o capítulo de introdução.

A partir de então, iniciou-se a segunda etapa com o embasamento teórico e a elaboração do capítulo de revisão bibliográfica por meio de consulta em livros, trabalhos acadêmicos, *sites* e legislações, bem como em jornais, mapas, fotografias e relatórios municipais contidos no MADP. Portanto, buscou-se ampliar a compreensão sobre os principais assuntos que a pesquisa está vinculada, a fim de retratar a relevância da praça central na expansão da malha urbana e as suas particularidades como local de comemorações, reivindicações e atos públicos no geral. A terceira etapa selecionou os materiais e métodos necessários para a realização do trabalho, primordialmente de resultados e discussão.

A quarta etapa se vinculou ao capítulo de resultados e discussão, onde os procedimentos para investigação foram histórico e comparativo, uma vez que utilizou embasamento teórico existente para compreender as alterações da Praça da República e de sua paisagem, além de se enquadrar como comparativa por averiguar em fotografias as características dela e dos imóveis do entorno. Dessa forma, contou com consultas informais com representante do poder público na área de Arquitetura e Urbanismo, historiadores e estudiosos do município, *blogs* e *sites* locais e, substancialmente, aos acervos de fotografias, livros, jornais e produções acadêmicas do MADP. Por conseguinte, nessa etapa se averiguou os períodos de construções das edificações que atualmente compõem a paisagem central e, também, verificou-se as requalificações da Praça da República ao longo dos anos, com o objetivo de obter parâmetros para compreensão das alterações físicas desse cenário.

Na quinta etapa o produto foi formulado, onde inicialmente se pensou em utilizar o QR Code apenas com fotografias de épocas diferentes da praça central, visando retratar suas transformações até hoje. No entanto, com o transcorrer da pesquisa e por sugestão da banca de qualificação, optou-se pela criação de um *site* para a praça através da página *web* da Wix – plataforma de *sites* gratuitos ou pagos –, sendo que esse também foi relacionado com o código

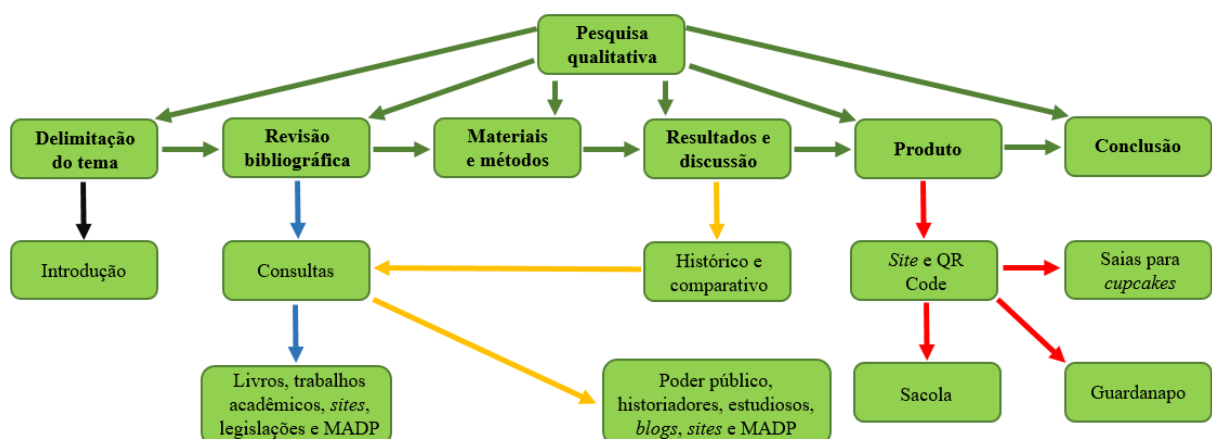
QR Code, originado gratuitamente pelo *site* QR Code Generation Pro. Logo, no Wix – endereço eletrônico: <<https://pt.wix.com/>> – foi necessário realizar cadastro para desenvolver e publicar a página *web*, enquanto que para elaborar o código no QR Code Generation Pro – endereço eletrônico: <<http://www.qr-code-generator.com/>> – não foi exigido cadastramento, gerando o código imediatamente após transcrever o *link* do *site* da praça – <<https://carisetcecchetto.wixsite.com/pracadarepublicaijui>> –.

A página *web* da Praça da República, contém informações textuais sobre ela, sua relevância histórica e cultural, suas reformas, sua relação com a expansão do traçado viário e sua localização, assim como a exposição de fotos e explicações relacionadas a cada uma delas. Dessa forma, o *site* representa uma síntese da pesquisa.

Ainda na etapa do produto, confeccionou-se material exemplificativo para aplicação nos comércios, estando todos os produtos vinculados ao QR Code e, portanto, a página *web*. Nele produziu-se um modelo de sacola de papel para o comércio em geral – escolheu-se como exemplo a loja A Boa Compra –, contendo de um lado a história do estabelecimento e do outro a história evolutiva da praça com suas reformas. Para os comércios alimentícios – utilizou-se como exemplo a livraria, gelateria, chocolataria e cafeteria, Xoks/Literatus –, onde idealizou-se três saias para *cupcakes* com diferentes fotos da praça ao longo do tempo, além disso, propôs-se um guardanapo americano para bandejas ou mesas, contendo informações sobre a expansão da malha urbana a partir da praça, ela antes do primeiro projeto e, por fim, a sua arquitetura paisagística de 1913.

Dessa maneira, o sexto e último processo foi o de adequação e organização conclusiva para entendimento dos frutos de todo o estudo.

Figura 42 – Fluxograma dos materiais e métodos



3.2 PESQUISA FOTOGRÁFICA COMPARATIVA DA PRAÇA E SUA ADJACÊNCIA

A pesquisa fotográfica se enquadrou como fundamentalmente comparativa, uma vez que os dados coletados em bibliografias foram comprovados com imagens e, ainda, pela grande inexistência de informações e trabalhos sobre o tema, as comparações entre fotos, portanto, análises visuais, tornaram-se imprescindíveis para que os elementos de cada período de reforma da praça e dos anos de construções dos imóveis fossem identificados.

Na verificação das alterações da paisagem da praça contida na revisão bibliográfica, mais precisamente na seção ‘A Praça da República’, as características da primeira proposta arquitetônica paisagística de 1913 foram explicitadas. Enquanto que no capítulo de ‘Resultados e Discussão’, apresentaram-se dados das edificações adjacentes e das requalificações mais expressivas da praça. Coincidindo estas, com as trocas de administrações municipais, em 1938 e 1967, além dos anos intermitentes a esses até 2017, que também apresentaram significativas mudanças.

Neste capítulo, juntamente com as exposições teóricas, fotos dos edifícios atuais foram expostos na seção da paisagem do entorno e, também, em cada seção do item de reformas da Praça da República. Isso, a fim de propiciar melhor visualização e comprovação dos fatos.

Ainda, alguns itens ficaram retratados individualmente na seção de ‘Comparações evolutivas da Praça da República’ contemplando os anos de 1913, 1938, 1967 e 2017, para garantir a compreensão das mudanças físicas da praça em cada época e, também, se ainda persistem atributos da proposta inicial de 1913 até os dias de hoje, igualmente apresentados com fotos e textos. Os elementos abordados foram: banco, disposição de caminhos, construção, escada, iluminação, piso, rampa e vegetação. Esses foram exibidos em quadros divididos por assuntos, tal como o Quadro 1.

Quadro 1- Exemplo de quadro para itens analisados

PERÍODO	TIPO/DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA
---------	----------------	------------

Fonte: Autora (2017).

Ainda, através de plantas baixas se expôs a evolução formal da Praça da República até 2017. Dessa forma, mais uma vez, pretendeu-se esclarecer a existência ou inexistência de vestígios originais da praça central.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta a resposta aos problemas propostos na dissertação, demonstrando e interpretando os dados para averiguação e comprovação da relevância do tema central.

4.1 A PAISAGEM EDIFICADA DO ENTORNO

As primeiras edificações construídas em volta da Praça da República datam da ainda colônia em 1890 e, depois município de Ijuí em 1912. Elas exibiam características simples, poucos ornamentos, algumas eram feitas com madeira e, indubitavelmente, de apenas um pavimento. No entanto, a partir dos anos de 1930 os imóveis de dois pavimentos começaram a tomar lugar dos pequenos comércios e residências antes instaladas nessa paisagem.

Assim, grande parte das edificações do cenário agora existente, foram construídas até a década de 1940 e, as demais, decorrem das décadas de 1950, 1960, 1980, 2000 e 2010. Cita-se a título de exemplo os imóveis erigidos até a década de 1940, como: a antiga Comissão de Terras, a Prefeitura, o Clube Ijuí, as igrejas Católica e Evangélica, o Edifício Murano, o Edifício Estrela Guia e o atual Banco Santander. Nos anos de 1950 construiu-se, por exemplo, a atual MB Farmácia – fachada Norte da praça – e o Edifício Granz. Na década de 1980, erigiu-se a atual MB Farmácia – fachada Leste da praça – e o atual Banco Itaú. A partir de 2000, a título de exemplo, construiu-se a Galeria Espaço Nobre e o Atacadão.

Mesmo diante de construções em períodos diferentes, a maioria delas possui apenas dois pavimentos, portanto, as imediações da praça compõem um *skyline* baixo. Apenas cinco edifícios com mais de três pavimentos integram a paisagem, sendo esses: a Igreja Evangélica Luterana Comunidade Cristã – Igreja do Relógio –, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade – Católica –, o Edifício Granz, o Edifício Nelson Lucchese e o Edifício Itália Lucchese, originados respectivamente nas décadas de 1910, 1920, 1950, 1960 e 1980. Acrescenta-se que essa pouca verticalização favorece imensamente as funções paisagistas da praça, bem como a valoriza e a destaca no maciço edificado central.

Por conseguinte, os demais imóveis e períodos construtivos correspondentes podem ser visualizadas na Figura 43.

Figura 43 – Mapa das atuais edificações e seus respectivos anos de construções



Fonte: Adaptação de Google (2015) e fotos da autora (2017).

Verificando o cenário central ao longo dos anos, percebe-se grandes perdas de edificações, sem entrar no mérito das descaracterizações nas fachadas devido aos diferentes usos. Ainda, observa-se que do início da colonização até o presente momento, a maior parte dos lotes já possuiu de uma a duas edificações que foram demolidas até compor a paisagem atual circundante da praça, ou seja, em alguns casos se vislumbra o terceiro imóvel construído no mesmo terreno. Salvo desta premissa a antiga Comissão de Terras, a Prefeitura Municipal, o Clube Ijuí e a Igreja Evangélica Luterana Comunidade Cristã que ocupam lotes nunca antes abrigados por outros prédios.

Por fim, devido ao grande número de imóveis já construídos e demolidos, tal como a dificuldade de obtenção de informações sobre a paisagem edificada do entorno da Praça da República, deixa-se em aberto o estudo para um futuro aprofundamento dos usos, alterações de fachadas e históricos de cada construção que envolveu ou envolve a praça central.

4.2 AS REFORMAS DA PRAÇA DA REPÚBLICA

Anteriormente a primeira reforma de 1938, isto é, no projeto inicial da praça de 1913, o estilo eclético clássico era evidente, contando com caminhos geométricos e simétricos, ficando explícito o conceito de rosa dos ventos. Dessa forma, a arquitetura paisagística implantada era descomplicada, disposta com um caminho amplo central no sentido Leste-Oeste e, identicamente dos dois lados desse passeio, nas orientações Norte e Sul se concebeu um círculo a partir do qual seis outros passeios levavam ao centro ou ao limite interno cercado da praça, este com palanques de madeira, arames e roletas.

Os passeios não possuíam pavimentação e os canteiros eram mais elevados do que os caminhos. O paisagismo era basicamente composto por palmeiras, gramíneas, espécies floríferas e muitos plátanos. Quanto ao mobiliário, consistia em alguns bancos de madeira e ferro e, mais tarde com a chegada da luz, introduziram-se alguns postes de concreto. Um monumento foi locado no núcleo da praça. Além do mais, com o advento da melhoria nas condições urbanas, fizeram-se necessárias as construções, na orientação Leste da praça, da Casa de Luz e Força – 1923 – e da Casa de Bombas D'Água – 1928 –.

Logo, a Praça da República passou por duas impactantes reformas após o projeto original de 1913, sendo elas nos mandatos dos prefeitos Emílio Martins Bühler (1938-1943) e Solon Gonçalves da Silva (1967-1969). Como podem ser averiguados nos itens abaixo, posteriores alterações também foram ocorrendo em outras administrações, ao longo desses períodos e até hoje. Entretanto, delimita-se apenas essas duas grandes reformas como seções de análises, pois os anos de 1938 e 1967 foram os pontos iniciais de implantação de novas arquiteturas paisagísticas que não respeitaram as diretrizes projetuais anteriores, sendo que as outras requalificações foram apenas complementares a elas. Ainda, inclui-se uma seção comparativa da praça com aplicação de quadros dos anos de 1913, 1938, 1967 e 2017, para verificar incorporações ou descaracterizações em itens específicos dela ao longo do tempo.

4.2.1 Reforma de 1938

Com a eleição de um novo prefeito, nesse caso, Emílio Martins Bühler que ocupou o cargo de 29/01/1938 até 17/12/1943 e sucedeu Antônio Soares de Barros, a Praça da República recebeu uma completa remodelação em praticamente todos os aspectos.

Não se tem conhecimento dos autores desse projeto, todavia, com as análises fotográficas, conseguem-se parâmetros das execuções projetuais. Quanto aos caminhos, foram

criados novos, em sua maioria simétricos e retilíneos, salvo alguns poucos realizados em curva, pertencentes aos círculos dispostos ao Norte e ao Sul da praça – Figura 44 –. Inseriram-se escadas de concreto na maioria dos acessos, com exceção de uma rampa incorporada na fachada Sul. No geral, mesmo não sendo a mesma disposição formal, o novo projeto também era geométrico e praticamente simétrico, exceto pelos dois círculos desalinhados e seus respectivos passeios nas orientações Norte e Sul.

Figura 44 – Vista na orientação Sul-Noroeste, déc. 1940



Fonte: (BAGÉ, 2016g).

Inicialmente apenas os passeios nas extremidades, no centro, e um no sentido Norte-Sul foram pavimentados, enquanto os outros permaneceram de terra – Figura 44 –. Até o final da década de 1960 todos os caminhos haviam sido concretados.

As edificações de Casa de Luz e Força e de Casa de Bombas D'Água – respectivamente 1 e 2 na Figura 45 – construídas durante a década de 1920, foram mantidas a princípio. Posteriormente, parte da Casa de Bombas D'Água foi demolida – Figura 46 –.

Figura 45 – Edificações, déc. 1940

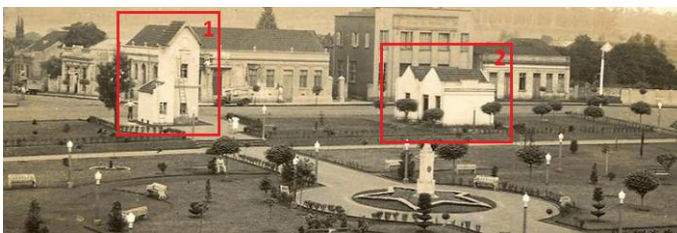
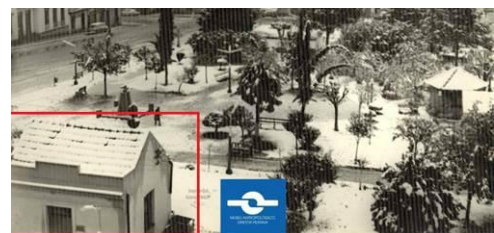


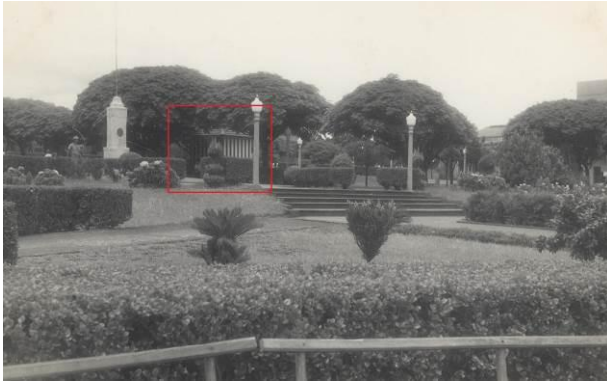
Figura 46 – Casa de Bombas, 1965



Fonte: Adaptação e recorte MADP ([19--]) *apud* BAGÉ (2016g). Fonte: Adaptação e recorte de MADP (2017b).

Um pequeno quiosque de madeira em formato hexagonal foi erigido próximo ao monumento central, na orientação Sul, possivelmente no início da década de 1940, como pode ser constatado nas Figuras 47 e 48.

Figura 47 – Quiosque na área central, déc. 1940



Fonte: Adaptação de MADP ([194-]).

Figura 48 – Quiosque, déc. 1950



Fonte: (MADP, [195-]).

A criação da pracinha infantil na área Norte – Figura 49 – ocorreu no mandato do prefeito Ruben Kessler da Silva (1952-1955), pois até então, não existia um espaço destinado a recreação infantil na praça (GUIA PUBLICITÁRIO E HISTÓRICO DE IJUÍ E PANAMBI, [1957] *apud* BAGÉ, 2017).

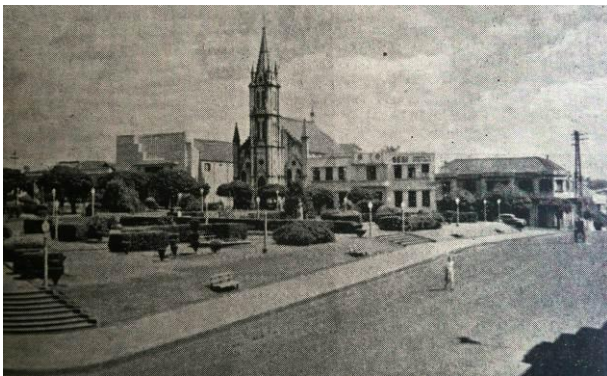
Figura 49 – Localização da pracinha infantil, déc. 1960



Fonte: Adaptação de Degelmann (2015).

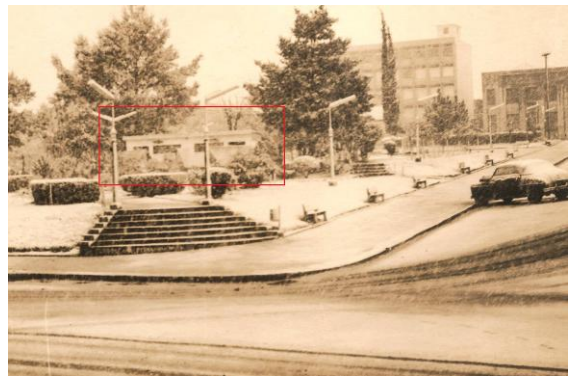
Ainda, não se sabe exatamente quando, mas acredita-se que o prédio dos banheiros, ao Sul, tenha sido construído entre 1955 e os primeiros anos de 1960, uma vez que na Figura 50 de 1955, a construção não existia, enquanto na Figura 51 de 1965, o prédio já estava em evidência.

Figura 50 – Sem os banheiros públicos, 1955



Fonte: (BAGÉ, 2016g).

Figura 51 – Com os banheiros, 1965



Fonte: Adaptação e recorte de Rotthues (2016a).

O mobiliário era composto de bancos e luminárias. Por conseguinte, uma parcela dos bancos permaneceu sendo a mesma da proposta anterior, à medida que outros com acento de madeira e estrutura de concreto foram agregados – Figura 52 –. A iluminação passou a ser subterrânea e novos postes de luz foram distribuídos por toda a extensão da praça, também visualizados na Figura 52. No entanto, supostamente entre os anos de 1959 a 1961, ocorreu novamente a troca da maioria das luminárias, dessa vez o novo modelo era simples ou duplo, comportando lâmpadas tubulares – Figura 53 –.

Figura 52 – Bancos e luminárias, déc. 1940



Fonte: Recorte de MADP (1940).

Figura 53 – Luminárias tubulares, 1965



Fonte: Recorte de Bagé (2016e).

O paisagismo foi completamente refeito, não restando vegetação do projeto de 1913, contudo, os canteiros assim como no projeto anterior, eram mais elevados que os passeios. Portanto, diferente da proposta antecessora, adotou-se um paisagismo aberto através do corte de todas as árvores existentes – Figuras 54 e 55 –, além de amplamente ornamentado com utilização de topiarias, herbáceas, gramíneas, cactos e algumas mudas de espécies arbóreas, tal como ciprestes – Figura 56 –. Em 1965 ainda era utilizada a poda em arbustos, porém, menos do que em 1938. Por meio da Figura 57, percebe-se com maior nitidez a presença das árvores na praça durante a década de 1960.

Figura 54 – Árvores sendo cortadas, 1938



Fonte: Recorte de MADP ([1938a]).

Figura 55 – Árvores já cortadas, 1938



Fonte: Recorte de MADP ([1938b]).

Figura 56 – Paisagismo aberto, déc. 1940



Fonte: (BAGÉ, 2016b).

Figura 57 – Árvores crescidas, 1965



Fonte: (GARAY, 2015).

Resumidamente, a Praça da República passou por uma importante requalificação na administração do prefeito Emílio Martins Bühner (1938-1943), de modo que outras pequenas

obras e trocas de mobiliários transcorreram nos mandatos de Ruben Kessler da Silva (1952-1955), de Benno Orlando Burmann (1952-1955) e de outros representantes municipais em que não existe certeza sobre o ano das alterações, mas apenas de o período aproximado.

Assim, com os estudos fotográficos, nota-se que do projeto paisagístico de 1913 se conservaram apenas o caminho central na direção Leste-Oeste – incorporou-se um canteiro circular no entorno do monumento –, parte dos bancos e, acredita-se, que os passeios delimitadores da praça e as dimensões da quadra tenham permanecido. Mesmo havendo a intuição de que os círculos nas orientações Norte e Sul são do primeiro projeto, averigua-se disparidades de simetria entre eles, descartando que sejam os originais.

4.2.2 Reforma de 1967

As eleições para o poder administrativo municipal, mais uma vez coincidiram com a requalificação da Praça da República. Dessa forma, o então prefeito Walter Müller foi sucedido por Solon Gonçalves da Silva (1967-1969). Porém, mais do que uma reforma de apenas uma administração, essa transcorreu de 1967 até 2000, para que então o projeto fosse concluído, além de contar com outras mudanças após esse período.

A nova proposta foi idealizada pelo arquiteto ijuiense Clóvis Ilgenfritz da Silva e pela arquiteta Inês D'Ávila, bem como o engenheiro Fernando Craidy foi o responsável pela execução da obra nos primeiros anos (SILVA, 2003). Em 1977, o engenheiro Rui H. Sanfelice já era retratado como o responsável pela execução das obras (JORNAL DA MANHÃ, 1977 *apud* MADP, [19--]).

O projeto idealizado para a praça era geométrico, assim como os anteriores, contudo, completamente assimétrico. Na reforma que iniciou em 1967, os passeios na metade Norte da praça foram radicalmente modificados, isso em virtude da implantação do centro cívico, do anfiteatro e da nova pracinha infantil, no entanto, o caminho no sentido Norte-Sul permaneceu o mesmo, como se observa na Figura 58. A partir de 1972 quando iniciaram novamente as alterações, a metade Sul foi alvo das obras – Figura 59 –. O caminho central permaneceu, mas se perdeu o alinhamento entre as escadarias, principalmente em 2007, quando parte delas foram demolidas para comportar rampas ao lado de cada uma – Figuras 60 e 61 –. Na fachada Norte, entre o anfiteatro e a pracinha infantil, uma escada foi demolida para dar lugar a uma rampa, ainda, construíram-se outras escadas e rampas na metade Sul, todavia, pela deficiência de imagens não se pode afirmar quando foram realizadas, mas presumidamente foram incluídas junto com as edificações erigidas desde a década de 1970.

Figura 58 – Modificações na metade Norte, 1968 a 1971



Fonte: Adaptação e recorte de MADP ([197-?]).

Figura 59 – Alterações na metade Sul, 1978 ou 1979



Fonte: Adaptação e recorte de MADP ([1979?]).

Figura 60 – Escadas antes, 1972



Fonte: Adaptação e recorte de MADP (1972a).

Figura 61 – Escadas e rampas depois, 2017



Fonte: Autora (2017).

Mesmo sendo executados em partes, todos os passeios criados foram pavimentados com pisos pré-moldados de concreto nos formatos retangular ou hexagonal, ou com pedra basáltica quadrada – respectivamente 1 e 2 na Figura 62 –, configurando uma heterogeneidade de materiais – Figura 63 –. Somente na última remodelação em 2007, todos os pavimentos foram substituídos por intertravados de concreto retangular – Figura 64 –, exceto as rampas, escadas e banheiros que continuaram de concreto. Além disso, o anfiteatro permaneceu de pedra basáltica no palco e de concreto no restante, conforme a Figura 65.

Figura 62 – Pisos, 1972



Fonte: Adaptação e recorte de MADP (1972b).

Figura 63 – Pisos diferentes antes, 2007



Fonte: (IJUÍ, 2007).

Figura 64 – Piso intertravado depois, 2017



Fonte: Autora (2017).

Figura 65 – Pisos do anfiteatro, 2017

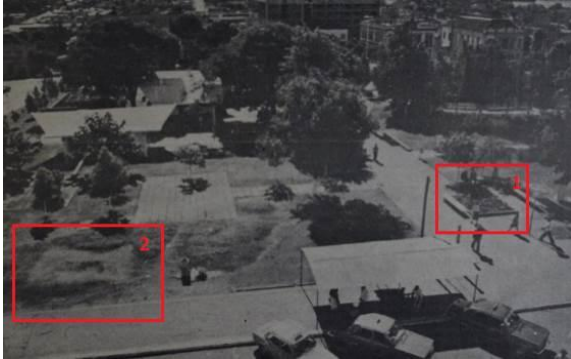


Fonte: Autora (2017).

Quanto as construções pertencentes ao projeto de 1938 da praça: a Casa de Luz e Força foi demolida em 1967 e a metade da Casa de Bombas D'água permaneceu até aproximadamente 1977 – respectivamente 1 e 2 na Figura 66 –; os banheiros públicos existentes foram derrubados para a construção de outros parcialmente subterrâneos em 1974 –

Figuras 68 e 69 –; e a pracinha infantil foi transferida para a esquina Nordeste da praça, correspondente a Figura 67.

Figura 66 – Demolições de prédios, 1978



Fonte: Adaptação de Jornal da Manhã (1978) *apud* MADP ([19--]).

Figura 67 – Pracinha a Nordeste, 2017



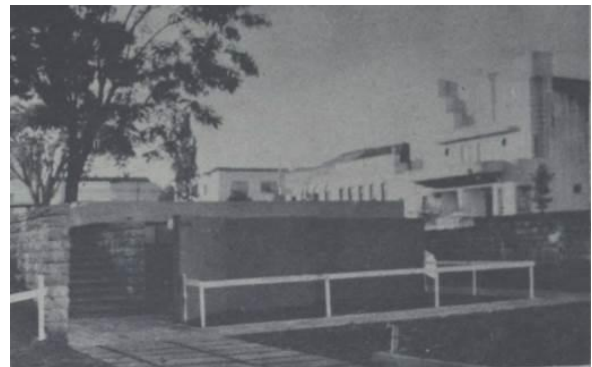
Fonte: Autora (2017).

Figura 68 – Antigos banheiros, 1965



Fonte: Recorte de Rothues (2016a).

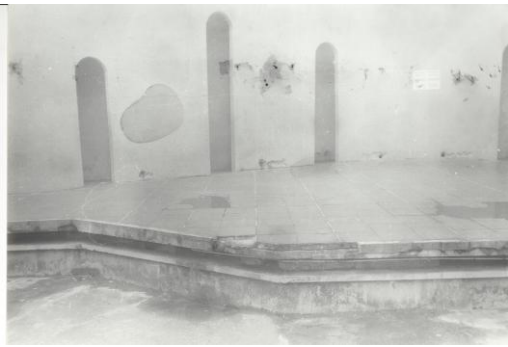
Figura 69 – Novos banheiros, 1974



Fonte: Jornal da manhã (1974b) *apud* MADP ([19--]).

Nos princípios da implantação do projeto em 1967, transcorreu a construção da área cívica e do anfiteatro, sendo que na proposta inicial o palco era mais elevado do que o piso do anfiteatro e, após 1970, essa diferença de altura foi diminuída para apenas um degrau, tal como se verifica nas Figuras 70 e 71.

Figura 70 – Palco elevado, 1989



Fonte: MADP (1989).

Figura 71 – Palco baixo, 2017



Fonte: Autora (2017).

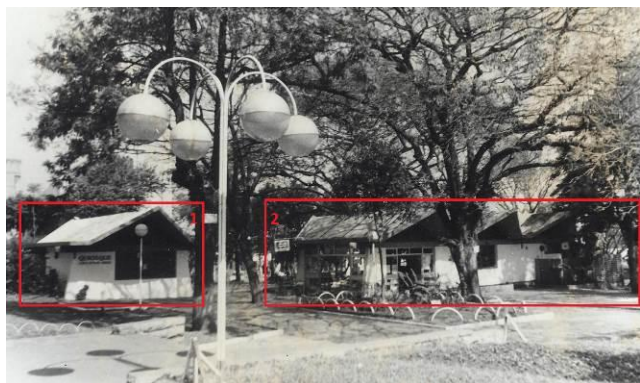
Existe a evidência na Figura 72, que em 1970 se erigiu uma pequena edificação ao lado da pracinha, atualmente é utilizada como módulo da Brigada Militar. Em 1977 um quiosque com revistaria, bem como um restaurante passaram a fazer parte da praça na área Sul – respectivamente 1 e 2 na Figura 73 –, hoje, o antigo prédio do restaurante comporta a União das Associações de Bairros de Ijuí, a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Ijuí e a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. Construiu-se dois abrigos para taxistas na fachada Leste – Figura 74 –, entre 1981 e 1983. Por fim, erigiu-se em cima dos banheiros, entre 1997 e 2000, a Associação dos Artesãos de Ijuí, observada na Figura 75.

Figura 72 – Prédio ao lado da pracinha, 1970



Fonte: Adaptação e recorte de MADP (1970).

Figura 73 – Quiosque e restaurante, déc. 1980



Fonte: Adaptação de MADP ([198-]).

Figura 74 – Pontos de táxis, 2017



Fonte: Autora (2017).

Figura 75 – Associação dos Artesãos, 2017



Fonte: Autora (2017).

Em 2010, durante o mandato de Fioravante Batista Ballin (2009-2016), iniciaram as instalações de academias ao ar livre nas praças da cidade e, conseqüentemente, a Praça da República foi a primeira a receber os equipamentos. Estes foram locados próximos a fachada Sul, como evidencia a Figura 76, nos fundos dos dois pontos de táxis.

Figura 76 – Academia ao ar livre, 2017



Fonte: Autora (2017).

Quanto ao mobiliário, os bancos de madeira e estrutura de concreto da proposta de 1938 continuaram na praça inicialmente, conforme se percebe na Figura 77, sendo que novos bancos de concreto sem encosto foram adicionados na área cívica – Figura 78 –. Em 1969, incorporaram-se bancos inteiriços em cada degrau do anfiteatro, esses também de madeira com estrutura de concreto, visualizados na Figura 79. Mais tarde os bancos antigos de 1938

acabaram substituídos por novos modelos com os mesmos materiais, esses percebidos na Figura 80.

Figura 77 – Bancos antigos, 1972



Fonte: Adaptação e recorte de MADP (1972a).

Figura 78 – Bancos da área cívica, 1969



Fonte: Recorte de MADP (1972a).

Figura 79 – Bancos do anfiteatro, 2017



Fonte: Autora (2017).

Figura 80 – Bancos novos, 2017



Fonte: Autora (2017).

As luminárias com lâmpadas fluorescentes acabaram sendo substituídas ao longo do início da década de 1970, assim como na área cívica e no anfiteatro ocorreram as instalações de holofotes em 1968 – Figura 81: lâmpadas fluorescentes existentes (1), novas (2) e holofotes (3) –. De acordo com a Figura 82, luminárias com lâmpadas de sódio foram incorporadas em 1974 na área central da praça.

Figura 81 – Luminárias novas e antigas, 1969



Fonte: Adaptação e recorte de MADP (1972a).

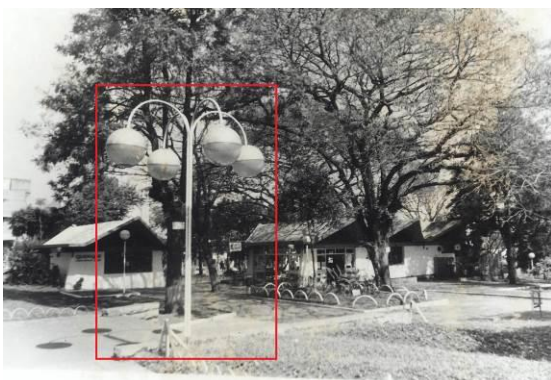
Figura 82 – Luminárias de sódio, 1974



Fonte: Adaptação Jornal da Manhã (1974a) *apud* MADP ([19--]).

Em 1978 novas alterações ocorreram, sendo trocadas por conjuntos circulares – Figura 83 – com lâmpadas individuais, duplas, triplas ou quádruplas, bem como o anfiteatro recebeu a adição de quatro holofotes. Por fim, existiram substituições novamente em 2007, dessa vez por conjuntos triplos de lâmpadas no interior da praça e por luminárias altas nas extremidades dela, estas voltadas para as ruas circundantes – Figura 84 –.

Figura 83 – Luminárias circulares, 1978



Fonte: Adaptação de MADP ([198-]).

Figura 84 – Luminárias novas, 2017



Fonte: Adaptação de autora (2017).

No primeiro momento o paisagismo pertencente a proposta anterior permaneceu na metade Sul, apresentando presença marcante de árvores, ciprestes, arbustos – alguns em topiarias –, gramíneas e emprego pontual de herbáceas floríferas – Figura 85 –. Na metade

Norte, poucas árvores permaneceram e palmeiras foram plantadas em frente ao centro cívico, exibidos na Figura 86.

Figura 85 – Mesmo paisagismo na lado Sul, 1970 Figura 86 – Palmeiras na área cívica, 1972



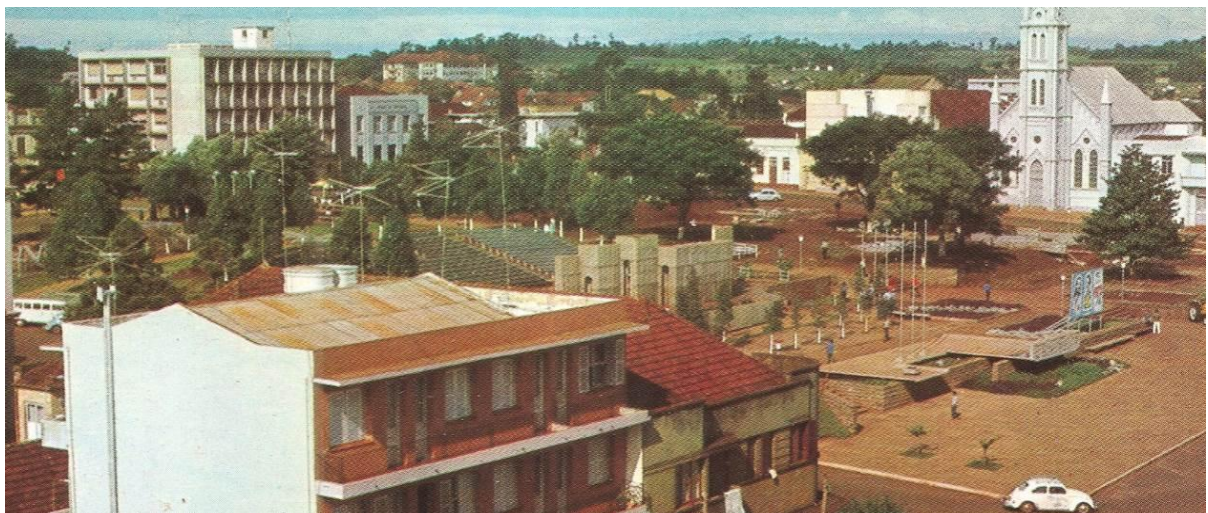
Fonte: Recorte de MADP ([197-]).



Fonte: (MADP, 1972a).

Na década de 1970, presumidamente nos anos de 1972 ou de 1973, a área Sul foi alvo de grandes alterações – Figura 87 –, inclusive paisagísticas, uma vez que diversas árvores foram cortadas e os canteiros refeitos com renovação da vegetação. Dessa vez o paisagismo era descomplicado e de fácil manutenção, com abundância de gramíneas, espécies floríferas e sem aplicação de topiarias, como se nota nas Figuras 88 e 89. Os canteiros se mantiveram mais elevados do que os caminhos, assim como no projeto de 1913 e 1938.

Figura 87 – Paisagismo sendo alterado na área Sul, déc. 1970



Fonte: Recorte de Rotthues (2016c).

Figura 88 – Paisagismo, 1972



Fonte: Recorte de Karsten (2015).

Figura 89 – Paisagismo, 1969



Fonte: Recorte de Bagé (2016g).

Em síntese, as mais impactantes transformações da praça central, no período de 1967 até 2000, transcorreram na administração do prefeito Solon Gonçalves da Silva (1967-1968), porém, o projeto idealizado e iniciado em 1967 teve continuidade nos mandatos dos prefeitos Sady Strapazon (1969-1972), Emídio Odósio Perondi (1973-1976), Wilson Mânica (1977-1982) e Ortiz Iboti Schröer (1997-2000). Findada a execução desse projeto, a partir dos anos 2000, propuseram-se novas mudanças menos impactantes nas administrações municipais de Valdir Heck (2005-2008) e Fioravante Batista Ballin (2009-2016).






4.2.3 Comparações evolutivas da Praça da República

Os quadros abaixo exibem as características evolutivas da praça central, nos anos de 1913, 1938, 1967 e 2017, destacando aspectos de: banco, disposição de caminhos, construção, escada, iluminação, piso, rampa e vegetação. Logo, a praça original é retrata, depois as duas mais impactantes reformas e, por último, a praça em seu aspecto atual.

Assim, as informações estão dispostas de forma sucinta sobre esses quatro períodos. Os quadros relativos a proposta de 1913 não abarcam apenas esse ano em questão, mas todas as características e transformações da praça até 1937 – que permaneceram praticamente as mesmas a não ser nos itens de construção e de iluminação –. Nos anos de 1938 e 1967 são acrescentadas informações especificamente no ano inicial de reforma e, não, das alterações sofridas ao longo dos anos compreendidos entre uma requalificação e outra, isso, para constatar se existiu a incorporação de aspectos da proposta de 1938 no momento da implantação do projeto de 1967 e pela dificuldade de sintetizar as inúmeras obras realizadas ao longo desses períodos – principalmente de 1967 –, que já estão expostas nas seções de

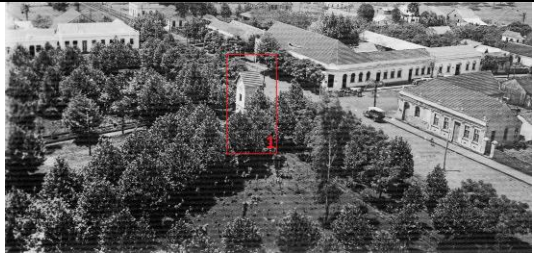
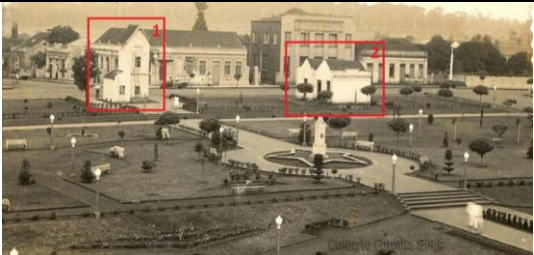
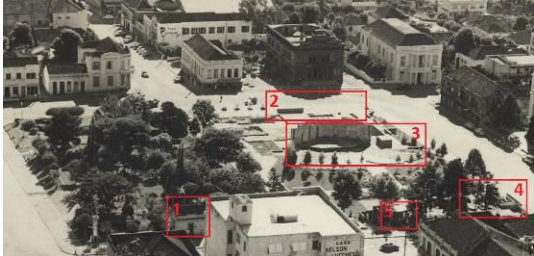
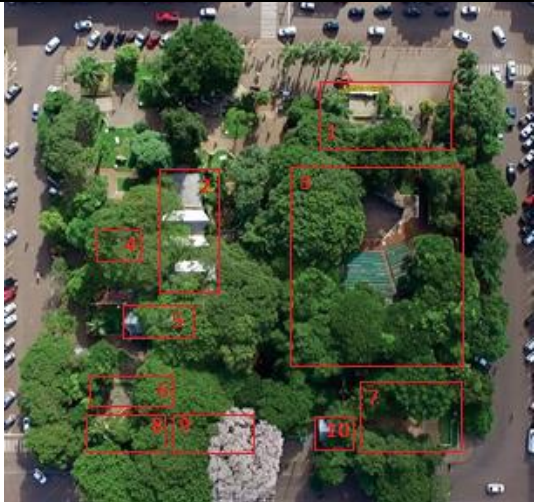
‘Reforma de 1938’ e ‘Reforma de 1967’. Por fim, em 2017 são averiguados os atributos unicamente desse ano, mas que acabam contemplando obras de épocas anteriores.

Quadro 2- Banco

PERÍODO	TIPO/DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA
1913	Bancos mistos de madeira – encosto e assento – e ferro – estrutura –.	 <p>Fonte: Recorte de Miron (2016).</p>
1938	Foram mantidos os mesmos bancos da proposta original de 1913.	 <p>Fonte: Recorte de MADP ([192-a]).</p>
1967	Os bancos brancos de concreto (1) – assento de madeira e estrutura de concreto – pertenciam ao período anterior a 1967 e foram conservados, enquanto se introduziram outros sem encosto na área cívica (2).	 <p>Fonte: Fotomontagem de autora (2017).</p>
2017	Bancos mistos de madeira – encosto e assento – e concreto – estrutura –, nas cores verde, vermelho e azul. Na área cívica os bancos são de concreto e sem encosto, na cor cinza. No anfiteatro os bancos são todos verdes, de madeira – encosto e assento –, ferro – estrutura inferior – e concreto – estrutura do encosto –.	 <p>Fonte: Fotomontagem de autora, 2017.</p>  <p>Fonte: Autora (2017).</p>

Fonte: Autora (2017).

Quadro 3- Construção

PERÍODO	TIPO/DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA
1913	Inicialmente não haviam construções, apenas em 1923 e 1928 se erigiram duas edificações na fachada Leste, denominadas Casa de Luz e Força (1) e Casa de Bomba D'Água.	 <p>Fonte: Adaptação e recorte de MADP (1923).</p>
1938	Foram mantidas as duas edificações na fachada Leste, relativas a infraestrutura urbana, denominadas Casa de Luz e Força (1) e Casa de Bomba D'Água (2), não existiam outras.	 <p>Fonte: Adaptação de MADP ([19--]) <i>apud</i> BAGÉ, (2016g).</p>
1967	A Casa de Luz e Força foi demolida, assim como parte da Casa de Bomba D'Água (1). A área cívica (2), o anfiteatro (3), a pracinha infantil e o atual módulo da Brigada Militar (4) foram edificados.	 <p>Fonte: Adaptação e recorte de MADP (1970).</p>
2017	Permaneceram as construções na metade Norte e outras foram erigidas na face Sul. Dispõe atualmente de: palanque de pronunciamentos (1); Associação dos Aposentados e Pensionistas de Ijuí, União das Associações de Bairros de Ijuí e Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (2); anfiteatro (3); banheiros e Associação dos Artesãos de Ijuí (4); Quiosque (5); academia ao ar livre (6); pracinha infantil (7); dois pontos de táxis (8-9); e módulo da Brigada Militar (10).	 <p>Fonte: Adaptação de LF Filmagens Aéreas (2016a).</p>


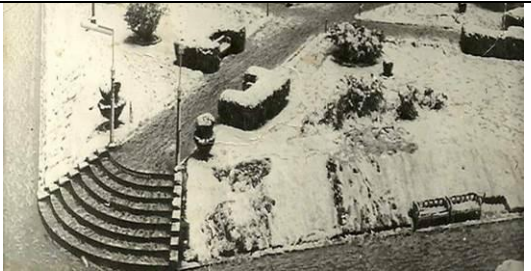


Fonte: Autora (2017).

Quadro 4- Disposição de caminhos

PERÍODO	TIPO/DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA
1913	Caminhos geométricos e simétricos, sendo que toda a extensão da praça era delimitada por cercas e palanques de madeira, assim como o acesso era propiciado pelas roletas de madeira.	 <p data-bbox="890 712 1426 757">Fonte: (MADP, [191-b]).</p>
1938	Caminhos geométricos, em sua maioria simétricos, com exceção de alguns passeios curvos, pertencentes aos dois círculos nas orientações Norte e Sul. A Proposta respeitou apenas o passeio largo central e delimitações externas.	 <p data-bbox="890 1025 1426 1093">Fonte: Recorte de MADP (1940).</p>
1967	Passeios geométricos, porém, totalmente assimétricos devido as construções realizadas na metade Norte. A metade Sul se manteve intacta nesse momento da reforma. O projeto alterou caminhos, permanecendo o central, os externos – exceto na área Oeste – e um na direção Norte-Sul.	 <p data-bbox="890 1384 1426 1541">Fonte: Recorte de Karsten (2015).</p>
2017	Permanecem passeios geométricos, entretanto, completamente assimétricos devido as diversas construções incorporadas ao longo do tempo, principalmente na área Sul. Mudou a implantação ao Sul.	 <p data-bbox="890 1809 1426 1845">Fonte: Recorte de LF Filmagens Aéreas (2016b).</p>





Fonte: Autora (2017).

Quadro 5- Escada

PERÍODO	TIPO/DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA
1913	Não se sabe da existência de escadas, uma vez que não havia pavimentação.	 <p data-bbox="847 638 1433 683">Fonte: Recorte de MADP ([1913]).</p>
1938	Criam-se escadas centrais e laterais de concreto, principalmente nas orientações Norte e Oeste.	 <p data-bbox="847 952 1433 996">Fonte: Recorte de Bagé (2016e).</p>
1967	As escadas centrais permanecem quase as mesmas de 1938, exceto na orientação Oeste, onde foram construídas novas. Com a alteração formal, outras escadas foram adicionadas, por exemplo, na fachada Norte, junto ao anfiteatro.	 <p data-bbox="847 1281 1433 1384">Fonte: Recorte de MADP (1972a).</p>
2017	Muitas foram preservadas. Diversas escadas estão presentes nos acessos Norte e Oeste – central –, no interior da praça, nas arquibancadas do anfiteatro, no acesso aos banheiros públicos, no passeio central, entre outros.	 <p data-bbox="847 1646 1433 1749">Fonte: Autora (2017).</p>

Fonte: Autora, 2017.

Quadro 6- Iluminação

PERÍODO	TIPO/DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA
1913	Na implantação em 1913, a praça não contava com iluminação pública. Dessa forma, somente na década de 1920 foram adicionados alguns rústicos postes de concreto.	 <p data-bbox="884 712 1430 741">Fonte: Recorte de MADP ([1938b]).</p>
1938	A partir de então a iluminação passou a ser subterrânea. Empregaram-se postes de ferro fundido com espaço para uma lâmpada.	 <p data-bbox="884 1059 1430 1088">Fonte: (BAGÉ, 2016g).</p>
1967	Holofotes (1) foram adicionados à área cívica e ao anfiteatro, outros postes de apenas uma lâmpada (2) foram substituindo os antigos de lâmpadas tubulares (3). Todos apresentavam cor branca.	 <p data-bbox="884 1361 1430 1417">Fonte: Adaptação e fotomontagem de MADP (1972a).</p>
2017	Postes de ferro amarelos completamente diferentes das propostas anteriores foram colocados, sendo dois tipos. Ambos comportam espaço para três lâmpadas, no entanto, um é baixo e fica no interior (1), enquanto o outro é alto e está no exterior da praça (2).	 <p data-bbox="884 1740 1430 1796">Fonte: Adaptação e fotomontagem de autora (2017).</p>



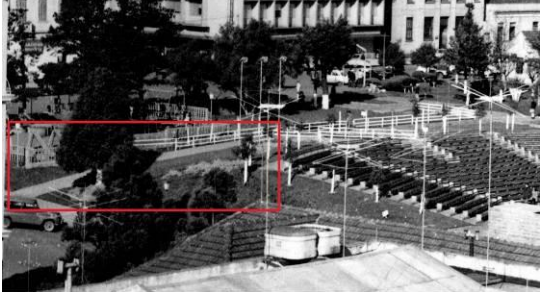

Fonte: Autora (2017).

Quadro 7- Pavimentação

PERÍODO	TIPO/DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA
1913	Não havia pavimentação, os passeios eram todos de terra batida.	 <p data-bbox="887 651 1249 678">Fonte: Recorte de MADP (1922).</p>
1938	Alguns caminhos principais, como o central, os laterais e um na orientação Norte-Sul foram concretados, à medida que outros continuaram sendo de terra.	 <p data-bbox="887 1005 1362 1032">Fonte: (MADP, [19--] apud BAGÉ, 2016g).</p>
1967	Todos os caminhos eram pavimentados de concreto (1) ou pedra basáltica (2). No anfiteatro, o piso em frente ao palco e as escadas foram feitos de concreto, enquanto o palco, de pedra basáltica.	 <p data-bbox="887 1319 1393 1346">Fonte: Adaptação e recorte de MADP (1972b).</p>
2017	A maioria da praça recebeu troca de pavimento, para blocos intertravados de concreto regular, nas cores cinza claro, cinza escuro e vermelho (1). Exceto as rampas, escadas e banheiros que são de concreto. Ainda, o anfiteatro permanece de pedra basáltica no palco (2) e de concreto no restante do piso (3).	 <p data-bbox="887 1644 1369 1704">Fonte: Adaptação e fotomontagem de autora (2017).</p>

Fonte: Autora (2017).

Quadro 8- Rampa

PERÍODO	TIPO/DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA
1913	Não se tem conhecimento de rampas na proposta, mas provavelmente existiam, pois uma topografia íngreme pode ser visualizada em algumas fotografias, além de que a praça atualmente possui muitos desníveis, provavelmente com alguma similaridade de 1913.	 <p data-bbox="887 701 1134 730">Fonte: (BAGÉ, 2016g)</p>
1938	Pouco se sabe sobre a existência de rampas nessa proposta, contudo, através da fotografia ao lado, visualiza-se uma em local pouco acidentado da praça, na fachada Sul.	 <p data-bbox="887 1014 1430 1072">Fonte: Recorte de MADP ([19--]) <i>apud</i> Bagé (2016g).</p>
1967	As rampas eram pouco projetadas, salvo dessa premissa uma rampa de acesso lateral Sul que já existia da proposta anterior e uma escada que foi transformada em rampa na fachada Norte – figura ao lado –.	 <p data-bbox="887 1391 1390 1420">Fonte: Adaptação e recorte de MADP ([1968])</p>
2017	Rampas de concreto estão dispostas ao lado das escadas no passeio central e, sozinhas, em alguns acessos secundários ao Sul e ao Norte.	 <p data-bbox="887 1693 1118 1722">Fonte: Autora (2017).</p>

Fonte: Autora (2017).

Quadro 9- Vegetação

PERÍODO	TIPO/DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA
1913	O paisagismo era simples e muito arborizado com plátanos e palmeiras, bem como existia o plantio de algumas plantas rasteiras, provavelmente gramíneas e floríferas, tal como lírios.	 <p>Fonte: Recorte de MADP ([192-a]).</p>
1938	O paisagismo era aberto e bastante ornamentado. Utilizaram-se espécies arbustivas – muitas como topiarias –, herbáceas, gramíneas, cactos e algumas arbóreas ainda pequenas.	 <p>Fonte: Recorte de MADP ([19--]) <i>apud</i> ROTTHUES (2016b).</p>
1967	Paisagismo, em sua maioria, ainda pertencente a proposta de 1938, com presença marcante de árvores, ciprestes e arbustos – poucos em topiarias –, além disso, plantaram-se palmeiras em frente ao centro cívico. Nos canteiros existia predominância de gramíneas e emprego pontual de herbáceas floríferas.	 <p>Fonte: Recorte de Karsten (2015).</p>
2017	Paisagismo descomplicado e abundantemente sombreado. Predomínio de espécies arbóreas em toda a praça, exceto na área cívica – fachada Oeste –. Também são visualizadas palmeiras, bambus, arbustos e trepadeiras – cascata –. Nos canteiros são utilizadas espécies herbáceas, em sua maioria, floríferas anuais e gramíneas.	 <p>Fonte: Autora (2017).</p>  <p>Fonte: Autora (2017).</p>

Dessa forma, por meio dos quadros comparativos acima, é possível averiguar que poucos elementos de 1913 foram agregados na nova proposta de 1938, sendo eles: os bancos, a Casa de Luz e Força e parte da Casa de Bombas D'Água, além da pavimentação que mesmo sendo caminhos diferentes, a maioria permaneceu de terra batida. A proposta de 1938 quando comparada a de 1967, são notórios que alguns dos primórdios de 1938 foram mantidos no início de 1967, tal como: os passeios na metade Sul, quase todas as escadas centrais – exceto na fachada Oeste –, uma rampa e parte do paisagismo na orientação Sul. Conclui-se também, que as modificações mais cruciais foram nas construções, nos passeios e no paisagismo ao Norte, assim como na pavimentação, na iluminação e nos bancos de modo geral. Do projeto de 1967 para 2017, ficaram alguns elementos iguais na metade Norte, como: construções, disposições de caminhos, escadas e parte dos aspectos paisagistas. Porém, na metade Sul ocorreram grandes alterações em todos os itens.

O primeiro projeto para a praça ocorreu em 1913 e, desde então, ela passou por alterações importantes até o presente, restando poucas evidências originais. Logo, acredita-se que apenas os passeios laterais – exceto o Oeste que foi modificado com a área cívica –, assim como as dimensões da quadra sejam os mesmos do primeiro projeto arquitetônico paisagístico, de modo que o restante foi completa e irremediavelmente desconsiderado pelas reformas posteriores.

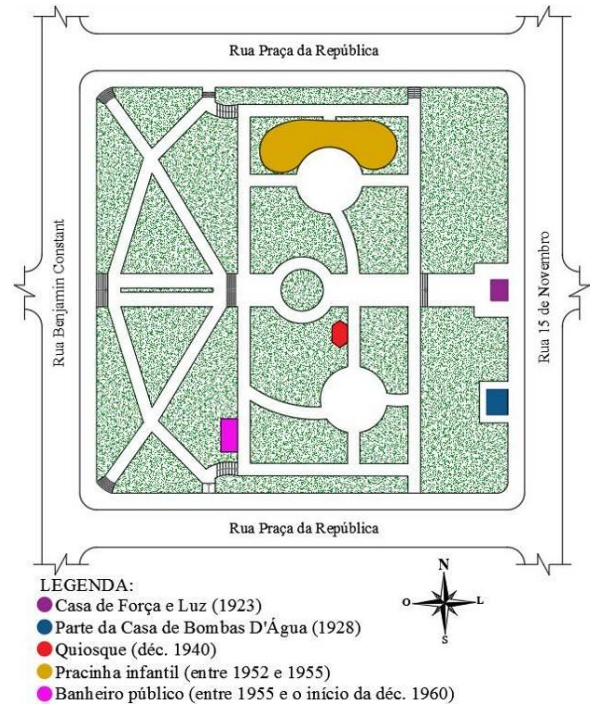
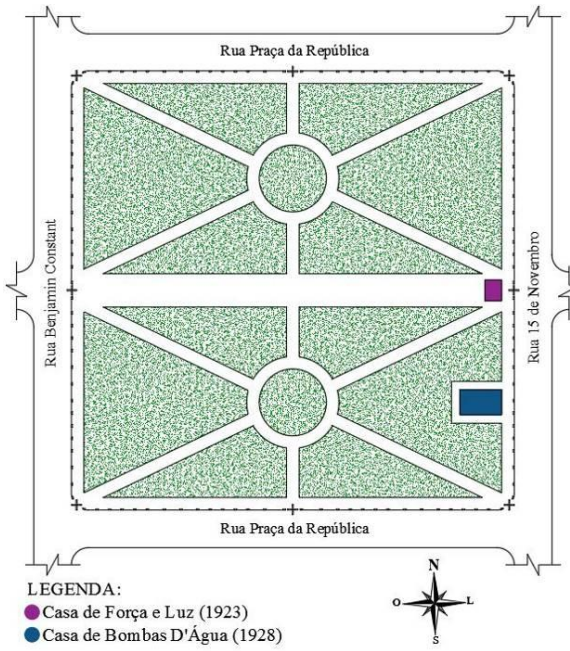
Por último, principalmente por meio das constatações fotográficas, foi possível elaborar plantas esquemáticas das mudanças formais ocasionada por novas demandas na Praça da República desde 1913 até 2017.

Dessa forma, confeccionou-se três plantas divididas entre a proposta original e as duas mais impactantes reformas, demonstrando graficamente as constatações de perdas projetuais da arquitetura paisagística de 1913. Portanto, contemplou-se na primeira: o ano de construção até o ano anterior da primeira reforma – Figura 90 –; na segunda: o primeiro ano de requalificação até um ano antes da próxima reforma – Figura 91 –; e na terceira: o segundo ano de requalificação até hoje – Figura 92 –. No grafismo da planta de 1967 a 2017, foram apenas incluídas modificações pontuais, uma vez que esta já existia no arquivo da Secretaria de Planejamento e Regulamentação Urbana – ANEXO A –, devido a reforma ocorrida em 2007. Enquanto as duas primeiras plantas foram realizadas unicamente através de investigações comparativas em fotografias, contemplando o período de 1913 até 1966.

Na elaboração do grafismo de cada uma, considerou-se informações de construções, passeios, canteiros, escadas e rampas, visto que são esses elementos que mais a conformaram ou deformaram ao longo dos anos.

Figura 90 – As modificações de 1913 a 1937

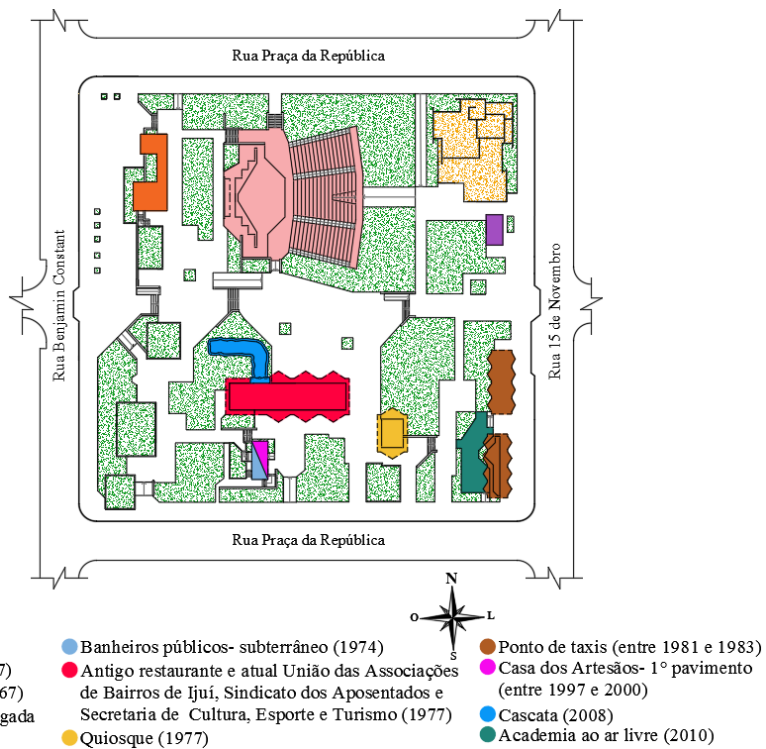
Figura 91 – As modificações de 1938 a 1966



Fonte: Autora (2017).

Fonte: Autora (2017).

Figura 92 – As modificações de 1967 a 2017



Fonte: Adaptação de Ijuí (2007).

5 PRODUTO

O produto está interligado com o assunto da dissertação, entretanto, mais do que somente teórico e estático, buscou-se através de um *site*, torná-lo interativo, atrativo e educativo. Por conseguinte, constitui-se não apenas de um, mas de um conjunto de produtos indissociáveis, propostos excepcionalmente para aplicação comercial de divulgação e conscientização da paisagem patrimonial da praça. Porém, os produtos físicos têm aplicabilidade inicial e específica em dois comércios, sendo um alimentício – XOK's/Literatus – e outro do ramo têxtil – A Boa Compra –.

Logo, esse conjunto de produtos está subdividido em material tangível e estático, bem como em intangível e interativo. Assim, o produto intangível – principal –, ou seja, o *site*, pode estar vinculado através de diversos artefatos tangíveis, desde que disponham do código QR Code para promover o acesso da história de aspectos relevantes da Praça da República, por meio de *smartphones* e *tábletes* que contenham um aplicativo leitor para o código. Nesse caso, os produtos desenvolvidos para portarem o código de acesso foram o guardanapo, as saias de *cupcakes* e a sacola.

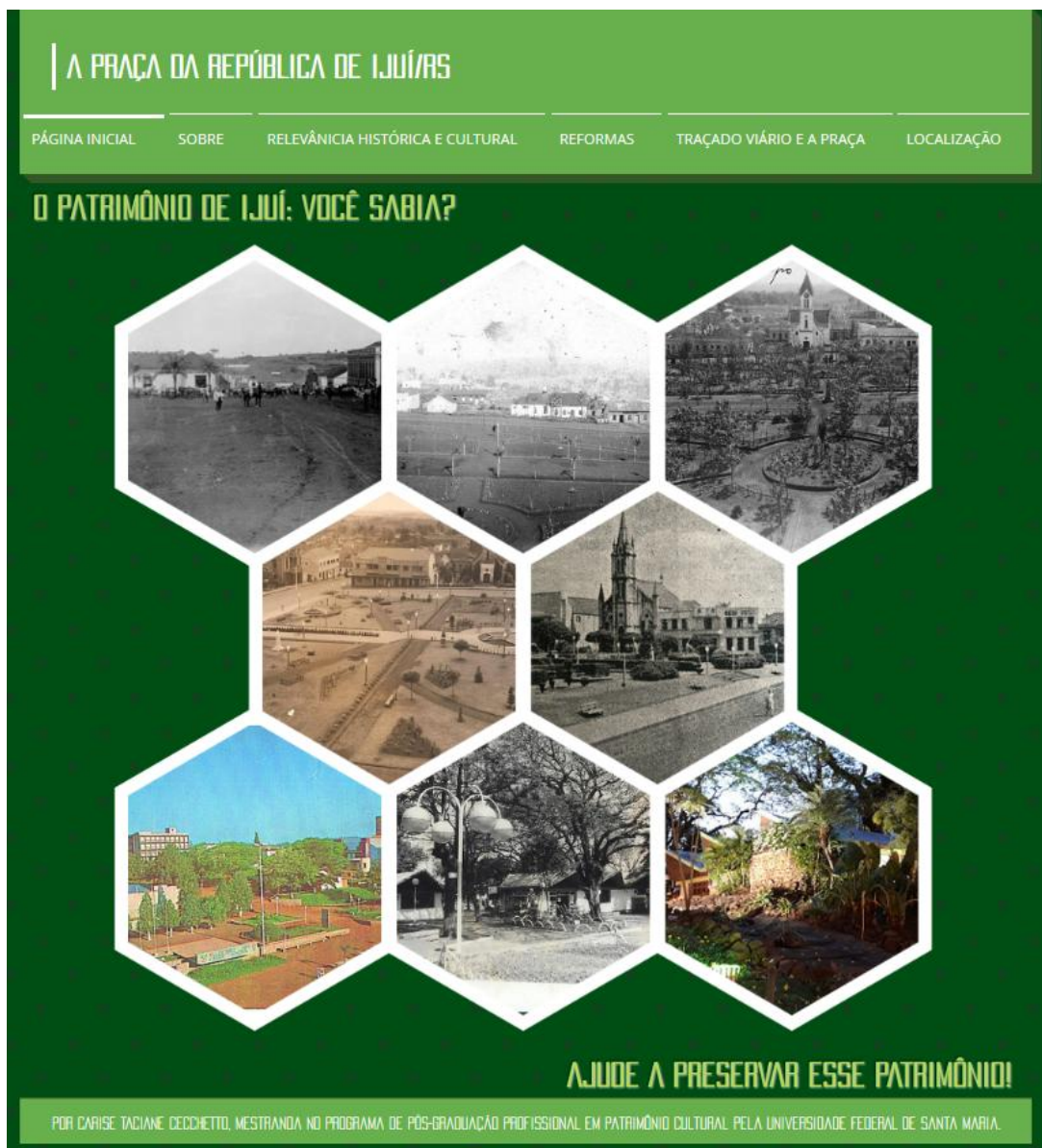
Esse agrupamento de produtos foi elencado por haver um interesse e o início de um projeto do Sindilojas, ACI e Prefeitura Municipal, pela valorização e exposição da história municipal. Essa iniciativa denomina-se Revitalização do Centro Comercial e prevê propostas de totens, exposições, além de modificações de identidades visuais, passeios públicos e demais estratégias voltadas para o comércio em algumas ruas adjacentes a Praça da República. Assim, os produtos criados possuem aplicabilidade comercial, para que as lojas também possam introduzir aspectos históricos de Ijuí em seus estabelecimentos.

A atenção do Sindilojas, ACI e Prefeitura Municipal não está atrelada propriamente à praça, mas à história municipal e à diversidade étnica, sendo estas umas das vertentes mais evidentes da identidade local, entretanto, como a dissertação destaca a paisagem central da praça, o produto garante ênfase apenas a essa temática. Não menos importante, esse poderá ser aporte e modelo para as instituições vinculadas a proposta de Revitalização do Centro Comercial, propondo elementos criativos e dinâmicos para a divulgação do patrimônio da cidade, inclusive da praça central, estrategicamente dentro dos estabelecimentos comerciais.

Além disso, se houver interesse na divulgação da praça central pela Prefeitura Municipal, o *site* oficial do município poderá conter um *link* para acesso ao endereço eletrônico desenvolvido como produto dessa dissertação. Desse modo, será possível garantir uma maior propagação das informações sobre o patrimônio paisagístico central.

O *site* contido no apêndice A e, portanto, no CD-ROM, resulta de uma síntese dos mais significativos temas da dissertação, pois nele foram retratados: a criação da praça central, contemplando o primeiro projeto paisagístico; a relevância histórico e cultural, com fatos importantes no cenário ijuiense; as reformas, revelando os principais aspectos modificados ao longo das duas grandes requalificações; o traçado viário e a praça, atribuindo importância geográfica como núcleo de expansão da malha urbana; e a sua localização, também contendo espaço para envio de contribuições e dúvidas, visando fomentar novas percepções com fotografias inéditas que poderão ser recebidas. Visualizado na Figura 93.

Figura 93 – Interface inicial do *site*



Ele foi criado com a pretensão de ser mais visual do que propriamente teórico, pois com os massivos meios de informação e a busca pela otimização do tempo, a maioria das pessoas não estão interessadas em longos textos e, sim, na rápida informação, de preferência, com imagens e fotografias. Assim, o *site* emprega pequenos textos explicativos em cada tópico e faz abundante uso de fotos com descrições específicas para cada uma, retratando os fatos por meio delas.

A página *web* pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <<https://carisetcechetto.wixsite.com/pracadarepublicaijui>>, contudo, vislumbrando o atual momento em que a sociedade vive, em sua maioria, sempre portando um *smartphone* ou *tablete* em todas as atividades exercidas, o objetivo é que o acesso a página eletrônica seja aliado com os produtos contidos nas lojas – guardanapo, saias, sacola ou outros que podem ser incluídos –, portanto, com o leitor do código QR Code do *site*. Dessa maneira, o acesso as informações se torna imediato, especialmente para comércios alimentícios, onde normalmente ocorrem momentos de ócio que podem ser preenchidos com o estímulo a educação patrimonial.

Para a XOK's/Literatus – livraria, gelateria, chocolataria e cafeteria –, localizada em frente a Praça da República, confeccionou-se um modelo de adornos – saias – para *cupcakes*, bem como guardanapo americano também de papel para mesas ou bandejas.

As saias para *cupcakes* dispõem de espaço reduzido para textos. Por conseguinte, optou-se apenas pela adição de fotos para esse produto, onde cada saia recebeu uma fotografia correspondente a um dos três períodos: 1913, década de 1940 e década de 1970 – Figuras 94, 95 e 96 –. Esses foram elencados por serem os principais anos de mudanças físicas da praça, assim como pelo desconhecimento desse fato pela maioria da população.

Figura 94 – *Cupcakes* com as saias propostas Figura 95 – *Cupcakes* com as saias criadas



Fonte: Autora (2017).



Fonte: Autora (2017).

Figura 96 – Modelo de saias de *cupcakes*



Fonte: Autora (2017).

O guardanapo americano retrata algumas curiosidades em relação a praça central, como: a sua importância geográfica na expansão da malha urbana de Ijuí, as peculiaridades dela antes de 1913, o primeiro projeto executado e a sua descaracterização atual. Quanto aos fundamentos visuais, estes foram embasados em identidades locais, com: hexágonos representando a Colmeia do Trabalho; cores das bandeiras das onze principais etnias de Ijuí dentro dos hexágonos, enfatizando a Terra das Culturas Diversificadas; e oscilações ou ondulações de cores nas extremidades direita superior e esquerda inferior, aludindo à Terra das Fontes de Água Mineral. Observa-se o modelo na Figura 97.

Figura 97 – Modelo de guardanapo

O PATRIMÔNIO DE IJUÍ:
VOCÊ SABIA?

1908

O TRAÇADO VIÁRIO DE IJUÍ E A PRAÇA DA REPÚBLICA

NO INÍCIO DA CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES, AS PRAÇAS ERAM DISPOSTAS EM FRENTE AS CAPELAS OU IGREJAS E, SEGUINDO ESSE PONTO CENTRAL, AS CASAS E COMÉRCIOS SE CONFORMAVAM NO ENTORNO.

EM IJUÍ UM PADRÃO DE EXPANSÃO URBANA MUITO PRÓXIMO A ESTE FOI SEGUIDO, UMA VEZ QUE A PRIMEIRA RUA HABITADA POR IMIGRANTES FOI A 7 DE SETEMBRO, ENCONTRANDO-SE ALI O BARRACÃO PARA ALOJAMENTO DOS IMIGRANTES E ALGUNS POUCOS COMÉRCIOS. ENTRETANTO, O PRÉDIO DA COMISSÃO DE TERRAS E POSTERIOR INTENDÊNCIA, JÁ NAQUELE PERÍODO, FOI CONSTRUÍDO EM FRENTE A PRAÇA CENTRAL. LOGO, NÃO TARDOU PARA QUE OUTROS IMÓVEIS PÚBLICOS E RELIGIOSOS, OU MESMO DE COMERCIANTES E PESSOAS DE RENOME, FOSSEM ERIGIDOS NAS ADJACÊNCIAS IMEDIATAS À ELA.

MESMO NÃO HAVENDO COMPROVAÇÃO DE QUE A PARTIR DA PRAÇA CENTRAL ESTAVA PREVISTA A EXPANSÃO MUNICIPAL E, AINDA QUE NÃO TENHA EXISTIDO DE MODO ABSOLUTAMENTE IDÊNTICO PARA TODOS OS LADOS DELA NOS PRIMEIROS TEMPOS DE CRESCIMENTO URBANO, O TRAÇADO VIÁRIO DE HOJE, EXIBE A PRAÇA COMO QUADRANTE NÚCLEO, POR CONSEQUENTE, COMPROVANDO SUA RELEVÂNCIA HISTÓRICA E GEGRÁFICA NESTE MUNICÍPIO.

OS PRIMÓRDIOS DA PRAÇA DA REPÚBLICA

A PRAÇA CENTRAL ESTÁ SITUADA DESDE O PRIMEIRO PLANO URBANO, ENTRE AS RUAS 15 DE NOVEMBRO, PRAÇA DA REPÚBLICA E BENJAMIM CONSTANT. O NOME ESCOLHIDO HOMENAGEIA A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL QUE ESTAVA PARA ECLODIR E, VEIO DE FATO A CONCRETIZAR-SE, EM 15 DE NOVEMBRO DE 1889.

NOS PRIMÓRDIOS, A PRAÇA DA REPÚBLICA ESTAVA DEMARCADA NO CENTRO DA SEDE, MAS NÃO POSSUÍA UMA ARQUITETURA PAISAGÍSTICA, AO CONTRÁRIO, EM 1898 AINDA HAVIAM MUITOS TRONCOS DE ÁRVORES, CAPOEIRAS E ERVAS DANINHA NO LOCAL.

O POUCO INVESTIMENTO SERIA FRUTO DOS BAIXOS MONTANTES ENVIADOS À COLÔNIA, QUE NÃO COBRIAM NEM MESMO AS DESPESAS ESSENCIAIS COM OS BARRACÕES DE IMIGRANTES, AS QUESTÕES SANITÁRIAS E A INFRAESTRUTURA URBANA.

A ELEVAÇÃO À CATEGORIA POLÍTICA DE MUNICÍPIO EM 1912 FORMALIZOU A ECONOMIA, LOGO, OS CIDADÃOS PASSARAM A CONTRIBUIR COM IMPOSTOS OBRIGATÓRIOS E, A PARTIR DE ENTÃO, FORAM CONCRETIZADAS MELHORIAS NAS CONDIÇÕES URBANAS, INCLUSIVE NA PRAÇA CENTRAL.

1912

1913

O PRIMEIRO PROJETO DE ARQUITETURA PAISAGÍSTICA

O PRIMEIRO PROJETO EXECUTADO NA PRAÇA OCORREU APENAS EM 1913, QUANDO O CORONEL ANTÔNIO SOARES DE BARROS, CORONEL DICO, ASSUMIU COMO INTENDENTE. FRANCISCO BERENHAUSER FOI O INCUMBIDO DE REALIZAR O PROJETO, DESENVOLVENDO-O EM ESTILO ECLÉTICO CLÁSSICO, OU SEJA, COM CANTEIROS E CAMINHOS GEOMÉTRICOS DISPOSTOS EM FORMA CONCÊNTRICA - EMBASANDO-SE NA ROSA DOS VENTOS -, EMPREGO DE TOPIARIAS E ESPÉCIES EXÓTICAS, TAL COMO PLÁTANOS. AINDA, FEZ-SE IMPRESCINDÍVEL A ADOÇÃO DE CERCAS, COM PALANQUES DE MADEIRA E TELAS DE ARAME, ASSIM COMO ROLETAS, PARA OBSTRUIR O ACESSO DE ANIMAIS SOLTOS E, PORTANTO, EVITAR A DESTRUIÇÃO DA PROPOSTA IMPLANTADA.

DESDE ENTÃO, DUAS GRANDES REMODELAÇÕES FORAM REALIZADAS, DEIXANDO POUCOS VESTÍGIOS DA ARQUITETURA PAISAGÍSTICA ORIGINAL. LOGO, INFELIZEMENTE DEPOIS DE TAMANHAS ALTERAÇÕES FÍSICAS, A PRAÇA DA REPÚBLICA QUE CONHECEMOS HOJE NÃO REPRESENTA MAIS A PRIMEIRA PROPOSTA DE 1913.

PARA VISUALIZAR MAIS FOTOS, ACESSO:

VOLTE SEMPRE!

AJUDE A PRESERVAR ESSE PATRIMÔNIO!

Sindicato das Indústrias e Comércio de Ijuí
Poder Executivo
Livraria Chocolateria Gelateria Capetina
Literatus

Fonte: Autora (2017).

Ainda, representando a maioria dos comércios que utilizam sacolas para embalagem de compras, utilizou-se como exemplo a loja A Boa Compra – tecidos e tapetes –, localizada em frente à praça.

Elencou-se o papel tipo kraft para a proposta da sacola, onde nela previu-se que de um lado estaria estampada a história da Praça da República, retratando sucintamente desde como ela era antes de sua primeira arquitetura paisagística até algumas das principais reformas corridas nos anos de 1938 e 1967. Do outro lado da sacola, expôs-se a história da própria loja, a fim de ampliar a divulgação do estabelecimento e dos produtos comercializados. O modelo desenvolvido pode ser observado nas Figuras 98 e 99.

Figura 98 – Modelo de sacola de papel



Fonte: Autora (2017).

Figura 99 – Sacola confeccionada para a proposta



Fonte: Fotomontagem de autora (2017).

Assim, o guardanapo, as saias de *cupcakes* e a sacola contêm uma ínfima parte de informações e fotografias que o *site* possui, instigando o acesso a ele para maiores descobertas.

Cabe ressaltar que todos os produtos possuem o código QR Code e identidade visual semelhante, formando uma unidade de divulgação. Assim, possuem elementos relacionados a cultura municipal, fundamentalmente embasada na temática da Colmeia do Trabalho, com utilização de hexágonos. Dessa maneira, todos possuem o mesmo apelo de incitar a curiosidade sobre os fatos e o instinto das pessoas pela preservação patrimonial, por meio das frases: ‘o patrimônio de Ijuí: você sabia?’ e ‘ajude a preservar esse patrimônio!’.

O emprego do papel no lugar de outras matérias primas, como o plástico, por exemplo, foi estrategicamente idealizado por apresentar uma composição mais sustentável e menos onerosa, além disso, ele atinge satisfatoriamente o objetivo pretendido para a divulgação patrimonial e comercial.

Por fim, esses produtos propostos para serem introduzidos nas lojas ijuienses, apelam pela preservação e massificação da educação patrimonial pelos munícipes e podem ser vislumbrados como *souvenirs* para visitantes, uma vez que não são comercializados elementos de identidade ou confecção local na cidade.

6 CONCLUSÃO

A paisagem edificada do entorno da praça central começou a ser constituída antes mesmo da sua implantação, uma vez que a colonização de Ijuí iniciou em 1890 e a praça foi construída em 1913. No entanto, com constatações fotográficas é possível averiguar que grande parte das edificações foram demolidas ao longo dos anos para dar espaço a outras mais verticalizadas. Dessa forma, erradicaram-se de uma a duas edificações para compor hoje a paisagem central, ou seja, percebe-se em alguns casos, o terceiro imóvel construído no mesmo terreno. Fazem exceção a essas demolições, a antiga Comissão de Terras, a Prefeitura Municipal, o Clube Ijuí e a Igreja Evangélica Luterana Comunidade Cristã que ocupam lotes nunca antes abrigados por outros imóveis.

Mesmo sendo construídas em épocas diferentes e a maioria das edificações não sendo originais da colonização, elas apresentam *skyline* baixo, com apenas dois pavimentos. Contrapõem-se a isso cinco edifícios com mais de três pavimentos: a Igreja Evangélica Luterana Comunidade Cristã – Igreja do Relógio –, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade – Católica –, o Edifício Granz, o Edifício Nelson Lucchese e o Edifício Itália Lucchese. Esses construídos respectivamente nas décadas de 1910, 1920, 1950, 1960 e 1980.

Quanto a Praça da República, também por meio de fotografias, conclui-se que a proposta de 1913 exibiu uma arquitetura paisagística simétrica, geométrica e simples, uma vez que era apenas um local de contemplação e pequenas convivências. À medida que a praça de 1938 apresentava um projeto de canteiros e caminhos completamente diferentes, porém, ainda simétricos e geométricos, pois passou a desempenhar maiores funções ao longo do tempo, com a adição da pracinha infantil, dos banheiros públicos e do quiosque. Por fim, o projeto de 1967 – concluído em 2000 e que incorporou outros elementos até 2010 – propôs geometria, assimetria e traçados complexos, bem como transformações muito mais vultuosas através do anfiteatro, da área cívica, da nova pracinha infantil, do atual módulo da Brigada militar, dos novos banheiros, do quiosque, do antigo restaurante e da academia ao ar livre.

Em 2017 predomina, indubitavelmente, o projeto idealizado em 1967, com resquícios do projeto de 1938. Deste restaram o caminho central na orientação Leste-Oeste – com alterações de escadas, alinhamento e adições de rampas –, outro do lado Norte que corta a praça no sentido Norte-Sul e os passeios Norte, Sul e Leste das extremidades da praça – já pertencente a 1913 –, além de algumas árvores.

Assim, percebe-se que de 1913 até a primeira reforma de 1938, foram os canteiros, os caminhos, os mobiliários e o paisagismo que definiram a arquitetura paisagística da Praça da

República e não as construções. Todavia, a partir da última grande reforma de 1967, justamente o contrário ocorreu, as construções passam a ser as determinadoras de toda a sua disposição formal e estética, ou seja, existe uma maior valorização dos edifícios do que propriamente da sua função vegetal.

Comparando o primeiro projeto de 1913 com a praça de 2017, verifica-se que esta possui arquitetura paisagística muito mais complexa em virtude dos diversos elementos e funcionalidades que foram incorporados com as construções desde o final da década de 1960. Por conseguinte, a praça de 1913 praticamente desapareceu diante das reformas, pois o projeto arquitetônico, o paisagismo, o mobiliário, a pavimentação e as edificações são completamente diferentes dos de hoje, salvo as dimensões da quadra que ocupa e os passeios delimitadores dela que se acredita serem os mesmos da época – exceto na área cívica, orientação Oeste, que foi ampliado –.

Não se sabe o motivo das descon siderações de projeto entre cada um dos dois períodos analisados. Contudo, mesmo que tivesse permanecido o projeto inicial, provavelmente teria sido alterado em virtude das novas funções que as praças, de modo geral, receberam ao longo do tempo. Como retratado no capítulo de revisão bibliográfica, sabe-se que com o aumento populacional nas cidades, as praças passaram a agregar múltiplas funções que, de alguma maneira, também afetariam a disposição física da Praça da República, mas que, certamente, não precisariam ter sido tão impactantes como se apresentaram.

Os jardins históricos e, evidentemente, as praças, são patrimônios sociais relevantes que retratam memórias e são testemunhos da ação do homem nas cidades. Dessa maneira, Delphim (1988) *apud* Magalhães (2015, p. 303), esclarece:

Na preservação do patrimônio histórico frequentemente passa despercebido a importância dos jardins e áreas cultivadas pelo homem, na leitura, por exemplo, dos elementos fornecedores da história de uma cidade. Tais áreas são elementos testemunhais altamente significativos pelo que eles informam sobre a relação do homem – que erigiu e habitou essa cidade – com a natureza local e com aquela que ele aí introduziu.

Logo, para preservar esses bens o tombamento ainda é o meio mais eficiente. Todavia, ele não é indicado no caso da Praça da República de Ijuí, pois esta apresenta poucos vestígios originais. Hoje, poderiam ser tombados apenas a quadra onde se encontra e os passeios laterais Norte, Sul e Leste. Entretanto, não há confirmação documental das suas dimensões em 1913 para que, de fato, sejam definidas como originais. Além do mais, pela disposição

formal dos quarteirões adjacentes já estarem estabelecidas, ela dificilmente terá suas dimensões alteradas, descartando a necessidade de tombamento.

Em se tratando de restaurações e reconstituições em jardins históricos, a Carta de Florença (FLORENÇA, 1981, p. 3), em seu artigo 17, define:

Quando um jardim houver desaparecido totalmente ou quando só se possuírem elementos conjecturais de seus estados sucessivos, não se poderia empreender uma reconstituição relevante da noção de jardim histórico. Os trabalhos que, nesse caso, se inspirariam em formas tradicionais sobre o terreno de um jardim antigo, ou em lugar onde nenhum jardim tenha previamente existido, constituiriam então noções de evocação ou de criação original, excluindo qualquer qualificada de jardim histórico.

Por conseguinte, quanto a possibilidade de restauração da Praça da República a seu estado original, a própria Carta de Florença nega a atitude, pois a noção de evocação não é entendida como um processo de restauração dos jardins históricos. Além disso, diante da quase inexistente arquitetura paisagística original, não seria sensata a demolição de toda a praça para a reimplantação das características de 1913, assim como também não seria prudente desconstruir todas as edificações que compõem as imediações da praça, para que o antigo cenário volte a ser como era. Afinal, seria falseado um contexto que de nenhuma maneira disporia de materiais e técnicas da época.

Compreende-se que a praça central provavelmente nunca será extinta devido a evidente falta de áreas verdes no núcleo da cidade e pela sua relevância como local de aglomerações públicas. Porém, teme-se pela perda de maior área vegetada através de novas requalificações, uma vez que as edificações, substancialmente durante a década de 1960, 1970 e 1980, já suprimiram uma imensa parcela dos canteiros, restando pouco espaço para as atribuições fundamentais da vegetação em meio urbano.

Da mesma maneira, com o aumento da especulação imobiliária na área central, receia-se que as edificações existentes da década de 1910, bem como as demais, possam ser demolidas e, com elas, poderá se perder parte importante da história de Ijuí, da paisagem central e das funções paisagísticas da praça.

Entretanto, se o tombamento da praça e das suas imediações não é umas das alternativas mais viáveis, a preservação pode ser efetivada de outras maneiras. Por exemplo, poderia ocorrer uma ação de educação patrimonial em prol da defesa da Praça da República e dos imóveis próximos a ela, por meio de atividades com a comunidade, nas escolas e nas mídias, tal como se propôs no *site* e nos demais produtos confeccionados para a presente dissertação. Por conseguinte, atitudes de preservação informal podem ser despertadas na

população local, se existir o conhecimento dos aspectos físicos, da história das edificações e da praça, bem como o reconhecimento da dela como núcleo de expansão urbana e local de relevância cultural.

Assim como, o poder público municipal poderia propor na próxima reforma da Praça da República, o resgate de alguns elementos que lembrem a conformação de 1913, por exemplo, os bancos, as luminárias, o paisagismo e, até mesmo, executar a demolição de algumas edificações que hoje estão presentes para fins comerciais ou associativos. Uma vez que esses estabelecimentos seriam realocados para as quadras adjacentes, devolvendo mais espaços verdes para a praça. Ainda, o entorno da praça poderia ser resguardado por leis, evitando demolições ou mesmo adições de pavimentos nas edificações.

Por fim, o posicionamento da população para que não ocorram novas descaracterizações é crucial para garantir que os administradores municipais não as promovam. Todavia, é fundamental o entendimento da municipalidade da importância de ações em prol da salvaguarda da paisagem urbana central, pois o patrimônio somente é resguardado quando os administradores municipais e a sociedade se unem pelos mesmos objetivos, reconhecendo que os bens são da comunidade e que seu legado depende das atitudes protetivas de cada um e de todos juntos.

REFERÊNCIAS

Bibliografias

- AMARAL, S. M. **A geografia do poder: a praça pública como local de manifestações**. 1997. Monografia (Especialização em História) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 1997.
- AZAMBUJA, B. M. **O desenvolvimento e a promoção fundiária e imobiliária na cidade de Ijuí-RS**. 1 ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1997. (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série dissertação de mestrado).
- BAGÉ, L. C. Á. **Memória Virtual**. Blumenau, 2017. 5 DVDs-ROM/ Ebooks.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Promulga na íntegra as emendas constitucionais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 jul. 2017.
- CÉSAR, P. A. B.; DHEIN, C. E.; UEZ, P. C. **Paisagem: a dimensão espacial na educação patrimonial**. Book of Proceedings, Vol. I, International Conference on Tourism & Management Studies, Algarve, 2011, p. 467-474. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5018496.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2017.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ UNESP, 2001.
- COLI, J. Materialidade e imaterialidade. Separata de: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 67-77, 2012.
- CUBER, A. **As margens do Uruguai**. 1 ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).
- CUNHA, E. A. **Arborização das praças públicas da cidade de Cruz Alta - RS**. Dissertação (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS, 2004.
- DELPHIM, C. F. de M. **Intervenções em jardins históricos: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.
- FLORENÇA. **Carta de Florença, de maio de 1981**. Através do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, dispõem sobre a proteção dos jardins históricos e complementa a Carta de Veneza. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio Grande do Sul**, Ijuí. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431020&search=rio-grande-do-sul|ijui>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, 3). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_3_DicionarioIPHAN_m.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

JUIZ DE FORA. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros**. Discute questões referentes à preservação e gestão dos jardins históricos. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

LAZAROTTO, D. **História de Ijuí**. 1 ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

LEITE, M. M. **Retratos de Família**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Coleção Texto e Arte, 9).

MACEDO, S.S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Quapá. 1999.

MADP. **Acervo documental do Museu Antropológico Diretor Pestana**. [19--]. Jornal da Manhã, Ijuí, 3 set. 1977.

MADP. **Acervo documental do Museu Antropológico Diretor Pestana**. [19--]. Jornal Die Serra Post, Ijuí, 2 ago. 1912.

MAGALHÃES, C. M. **O Desenho da História no Traço da Paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

MELLO, C. R. C. **Levantamento e identificação do patrimônio arquitetônico urbano de Ijuí construído entre os anos de 1890 e 1960**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

PEREIRA, J. R. A. **Introdução à história da arquitetura: das origens ao século XXI**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PIMENTA, M. C. A.; FIGUEIREDO, L. C. (Coord.). **Lugares: patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. (Coleção Urbanismo e Arquitetura da Cidade).

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRETO, G. S. **Projeto de Paisagismo II**, praça: apostila. Cruz Alta, RS, 2014.

RELATÓRIO EXERCÍCIO DE 1900: **Colônia de Ijhuy: despesas de 1º de junho de 1899 à 31 de maio de 1900**. 1900. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana.

RIBEIRO, R. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIO GRANDE DO SUL (estado). **Decreto nº 31.049, de 12 de janeiro de 1983**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=LegislacaoAc&Clr=1>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

SALDANHA, N. **O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SILVA, M. A. **Fragmentos: vestígios que contam histórias: Ijuhy (1890-1942)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

SOUZA, C. F. de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ZERBINI, A; REIS, A.T. **Composição visual e compatibilidade formal em praças centrais de Porto Alegre**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2002, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...** Foz do Iguaçu/PR: ANTAC, 2002, p. 1059-1068.

Imagens

AS HISTÓRIAS DOS MONUMENTOS DO RIO. **Grandjean de Montigny e o Chafariz da Pracinha do Alto da Boa Vista, uma das construções sobreviventes**. Formato: JPG. [28 jul. 2010]. Disponível em: <<http://ashistoriasdosmonumentosdoriorio.blogspot.com.br/2010/07/>>. Acesso em: 28 out. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [1 mar. 2011]. Disponível em: <<http://ijuisuahistoriaesuagente.blogspot.com.br/2011/03/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Grupo Ijuhy de Atigamente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [1 fev. 2016a]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10204573131802871&set=p.10204573131802871&type=3&theater>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Grupo Ijuhy de Atigamente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [1 fev. 2016b]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10204571000229583&set=g.746997075379725&type=1&theater>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [5 fev. 2016c]. Disponível em: <<http://ijuisuahistoriaesuagente.blogspot.com.br/2016/02/o-carnaval-de-ijuhy-de-antigamente.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Grupo Ijuhy de Atigamente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [10 fev. 2016d]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10204618429295280&set=g.746997075379725&type=1&theater>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Grupo Ijuhy de Atigamente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [29 mai. 2016e]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10205259646365306&set=g.746997075379725&type=1&theater>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Grupo Ijuhy de Atigamente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [24 set. 2016f]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10205974840844721&set=p.10205974840844721&type=3&theater>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [27 jul. 2017a]. Disponível em: <<https://4.bp.blogspot.com/-cXYTMwUAKQQ/WXvlzTv6tTI/AAAAAAAAAsNg/dhHkc1KSSnohaTKepxkFRqDAyhn0Fzq-gCKgBGAs/s1600/02.%2BCS%2B09-05-1970.JPG>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [27 jul. 2017b]. Disponível em: <https://2.bp.blogspot.com/-ky7DiIWaIg/WXvlzfs0A8I/AAAAAAAAAsNg/pOrpF-ky6zEGjvcAG2VPId23f1_BQ6nnQCKgBGAs/s1600/CS%2B-%2B11-04-1970.JPG>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **Grupo Ijuhy de Atigamente**. Formato: JPG. Blumenau: Luis Carlos Ávila Bagé. [6 ago. 2017c]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10208128508845075&set=gm.1477754358970656&type=3&theater>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BAGÉ, L. C. Á. **História de Ijuhy de Antigamente**. Blumenau, 2016g. 3 DVDs-ROM/ Ebooks.

BAGÉ, L. C. Á. **Memória Virtual**. Blumenau, 2017d. 5 DVDs-ROM/ Ebooks.

BLOG DACOM. **Diretório Acadêmico de Comunicação**. Formato: JPG. [9 mar. 2012]. Disponível em: <<http://dacom2011.blogspot.com.br/2012/03/eles-sao-da-comunicacao.html>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

CAMARGO, C. M. In: Luis Carlos Ávila Bagé. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente**. Formato: JPG. [2 out. 2016]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1119781908115440&set=g.746997075379725&type=1&theater>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

DEGELMANN, V. In: Luis Carlos Ávila Bagé. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente**. Formato: JPG. [22 ago. 2015]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=917082945025400&set=g.746997075379725&type=1&theater>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

GARAY, B. P. In: Luis Carlos Ávila Bagé. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente**. Formato: JPG. [13 fev. 2015]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=803970076324396&set=g.746997075379725&type=1&theater>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GOOGLE. **Google Earth Pro**. 2015. Praça da República de Ijuí. Disponível em: <site download>. Acesso em: 10 out. 2017.

GRUPO REPÓRTER. **Feira do Livro**. Formato: JPG. [4 nov. 2016]. Disponível em: <<http://www.gruporeporter.com.br/noticias/8869/envolver-familias-no-incentivo-leitura-e-foco-feira-do-livro-deste-ano-em-ijui.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

GUIA DIGITAL. **Limites**. Formato: JPG. 2017. Disponível em: <<http://www.guiadigital.info/ijui/cidade/index2.php?arquivo=5>>. Acesso em: 09 set. 2017.

IJUÍ (cidade). **Plano Diretor de Ijuí**: Mapa urbano. Ijuí: 2012. Arquivo DWG.

IJUÍ (cidade). **Revista Ijuí 120 anos**. Ijuí: Prefeitura de Ijuí, out. 2010.

IJUÍ (cidade). **Secretaria de planejamento e regulamentação urbana**: reforma de 2007. Ijuí, 2007. 1 CD-ROM.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. **Mapa dos jardins**. Formato: JPG. 2017. Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br/visitacao/mapajardim>>. Acesso em: 28 out. 2017.

KARSTEN, B. In: Luis Carlos Ávila Bagé. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente**. Formato: JPG. [5 ago. 2015]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=857579177656830&set=pcb.887046304708134&type=3&theater&ifg=1>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

LF FILMAGENS AÉREAS. **Vista aérea da praça**. Formato: JPG. [14 mar. 2016a]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LFAEREAS/photos/a.1997628190463407.1073741828.1996674277225465/2004969789729247/?type=3&theater>>.

LF FILMAGENS AÉREAS. **Vista aérea da fachada Oeste**. Formato: JPG. [14 mar. 2016b]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/LFAEREAS/photos/a.1997628190463407.1073741828.1996674277225465/2004967596396133/?type=3&theater>>.

MADP. **Acervo documental do Museu Antropológico Diretor Pestana**. [19--]. Jornal da Manhã, Ijuí, p. 4, 28 mai. 1974a.

MADP. **Acervo documental do Museu Antropológico Diretor Pestana**. [19--]. Jornal da Manhã, Ijuí, p. 4, 6 jul. 1974b.

MADP. **Acervo documental do Museu Antropológico Diretor Pestana**. [19--]. Jornal da Manhã, Ijuí, p. 1, 3 jan. 1978.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tombo: AI 00042. Número de classificação: 0.2 0018. Formato: JPG. 1970.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tombo: AI 00074. Número de classificação: 0.2 0050. Formato: JPG. [1968].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tombo: AI 00077. Número de classificação: 0.2 0053. Formato: JPG. 1972a.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tombo: AI 00080. Número de classificação: 0.2 0056. Formato: JPG. 1972b.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tombo: AI 00093. Número de classificação: 0.2 0069. Formato: JPG. [1979?].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: AI 00666. Número de classificação: 0.2 0085. Formato: JPG. [198-].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: AI 00995. Número de classificação: 0.2 0096. Formato: JPG. 1913.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: AI 01677. Número de classificação: 0.2 0110. Formato: JPG. 1989.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: AI 04177. Número de classificação: 0.2 0318. Formato: JPG. [191-a].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: AI 04323. Número de classificação: 0.2 0319. Formato: JPG. [1913?].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: AI 05474. Número de classificação: 0.2 0337. Formato: JPG. [191-b].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: AI 05680. Número de classificação: 0.2 0331. Formato: JPG. 1938.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: CB 00034. Número de classificação: 0.2 0025. Formato: JPG. [191-c].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: CB 00088. Número de classificação: 0.2 0079. Formato: JPG. [1913].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: CB 00017. Número de classificação: 0.2 0008. Formato: JPG. 1923.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: CB 00048. Número de classificação: 0.2 0039. Formato: JPG. [192-a].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana:** ficha de classificação. Número de tomo: CB 00057. Número de classificação: 0.2 0048. Formato: JPG. 1922.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tomo: CB 00062. Número de classificação: 0.2 0053. Formato: JPG. [192-b].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tomo: CB 00060. Número de classificação: 0.2 0051. Formato: JPG. 1940.

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tomo: CB 00095. Número de classificação: 0.2 0071. Formato: JPG. [197-].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tomo: CB 02323. Número de classificação: 0.2 0119. Formato: JPG. [197-?].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tomo: CB 06304. Número de classificação: 0.2 0130. Formato: JPG. [1938a].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tomo: CB 06311. Número de classificação: 0.2 0137. Formato: JPG. [1938b].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tomo: CJ 00827. Número de classificação: 0.2 0065. Formato: JPG. [194-].

MADP. **Acervo fotográfico do Museu Antropológico Diretor Pestana**: ficha de classificação. Número de tomo: CJ 02002. Número de classificação: 0.2 0128. Formato: JPG. [195-].

MADP. **Museu Antropológico Diretor Pestana**. Formato: JPG. [19 mar. 2017a]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MADPUNIJUI/photos/pcb.1262319150484556/1262311220485349/?type=3&theater>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

MADP. **Museu Antropológico Diretor Pestana**. Formato: JPG. [21 jun. 2017b]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MADPUNIJUI/photos/a.1259522994097505.1073741828.1259510394098765/1358514547531682/?type=3&theater>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MELLO, C. R. C. **Levantamento e identificação do patrimônio arquitetônico urbano de Ijuí construído entre os anos de 1890 e 1960**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

MIRON, R. A. In: Luis Carlos Ávila Bagé. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente**. Formato: JPG. [29 mai. 2016]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1903185816574646&set=p.1903185816574646&type=3&theater>>. Acesso em: 31 out. 2017.

MUNICÍPIO DE IJUÍ. **Foliões fazem a festa no Carnaval na Praça.** Formato: JPG. [7 mar. 2011]. Disponível em: <http://www.ijui.rs.gov.br/noticias/folioes_fazem_a_festa_no_carnaval_na_praça>. Acesso em: 25 ago. 2017.

PORTOALEGRE TRAVEL. **Praça da Matriz.** Formato: JPG. [19 mar. 2013]. Disponível em: <<http://www.portoalegre.travel/site/contdetalhes.php?idConteudo=9984>>. Acesso em: 28 out. 2017.

ROTTHUES, P. In: Luis Carlos Ávila Bagé. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente.** Formato: JPG. [15 jul. 2016a]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=836048383206158&set=g.746997075379725&type=1&theater>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ROTTHUES, P. In: Luis Carlos Ávila Bagé. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente.** Formato: JPG. [31 jan. 2016b]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=759117157565948&set=g.746997075379725&type=1&theater>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

ROTTHUES, P. In: Luis Carlos Ávila Bagé. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente.** Formato: JPG. [15 nov. 2016c]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=933733880104274&set=p.933733880104274&type=1&theater>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SANTOS, M. P. In: Luis Carlos Ávila Bagé. **Blog Ijuí Sua História e Sua Gente.** Formato: JPG. [4 mai. 2016]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1088065431258630&set=g.746997075379725&type=1&theater>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

SINDI COMERCÍARIOS IJUÍ. **Greve geral.** Formato: JPG. [28 abr. 2017]. Disponível em: <<http://www.sindicomerciariorijui.com.br/paginas/noticia/183/1>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

APÊNDICE A – *SITE* COMO PRODUTO

Endereço eletrônico: <<https://carisetcechetto.wixsite.com/pracadarepublicaijui>>.

ANEXO A – PLANTA DA PRAÇA PELA PREFEITURA

Planta contida no arquivo da Secretaria de Planejamento e Regulamentação Urbana de Ijuí, realizado no levantamento para a reforma transcorrida em 2007.

